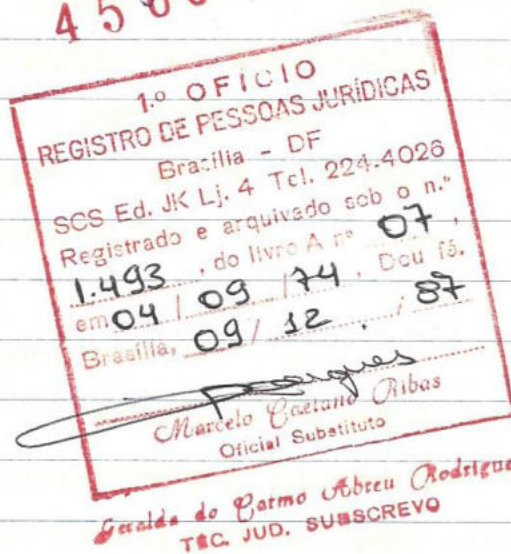


de Lourdes A. A. de Oliveira e é por ambos as-
sinada. M. Angelini

4560



Ata da Assembleia Geral Ordinária do XXXVIII Congresso Nacional de Botânica, realizado em São Paulo, Estado de São Paulo.

Aos vinte e oito dias do mês de janeiro de hum mil novecentos e oitenta e sete, tendo como local a Escola Politécnica na Cidade Universitária de São Paulo, em São Paulo, Estado de São Paulo, teve início às 14 horas e trinta minutos a Assembleia Geral Ordinária da Sociedade Botânica do Brasil. A mesa foi constituída pelo Presidente da SBB, Alfredo Guei Ferreira; pelo Vice-presidente, Jorge Ernesto de Araújo Mariath; pela Segunda Secretária-Tesoureira, Márcia Therezinha Menna Barreto dos Naves; pelo Secretário-Representante, Lídio Coradini; pela Presidente do XXXVIII Congresso Nacional de Botânica, Nonuza Luiza de Menezes, e pelo Presidente do Conselho Superior, Valmar Corrêa de Andrade. O Presidente da SBB, tomando a palavra, comunicou que de acordo com o que rege em nosso regimento como primeiro item a ser tratado seria sobre a exis-

tência de uma proposta onde o Presidente gostaria de fazer uma consideração preliminar antes de dar continuidade as atividades da Assembleia, que diz respeito ao funcionamento da mesma. A Assembleia do XXVII Congresso Nacional de Botânica, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, onde todos os participantes do Congresso receberam a Ata quando passavam pela Secretaria-Tesouraria da SBB, foi realizado um estudo a expedito pela Diretoria, a preços atuais, considerando-se seis horas de duração custariam em torno de Cz\$ 16.500,00 (Dezesseis mil e quinhentos cruzados), só em xerox desta Ata gastou-se mais de Cz\$ 7.300,00 (Sete mil e trezentos cruzados, há também transcrições, gravações, registros que se pagam por números de folhas, as fitas que estão gravando, portanto para seis horas de Assembleia, o custo hora da Assembleia é de Cz\$ 2.750,00 (Dois mil setecentas e cinquenta cruzados), ou seja, Cz\$ 45,00 (Quarenta e cinco cruzados) o minuto. O Presidente fez esta colocação porque também há uma moção que foi aprovada no último Congresso da qual ele tem um parecer do Conselho e argumenta que está sendo em primeiro lugar, porque é justamente sobre o funcionamento da Assembleia, refere-se a moção de número cinco e consta da Ata, onde o artigo 14º, parágrafo 1º, terá a seguinte redação: As Assembleias Gerais Ordinárias não terão limite de duração nem total nem para discussão de qualquer de seus tópicos poderão ter interrupções por decisão própria pelo período que entenderem necessário para reinício de suas atividades que deverão ser concluídas ainda durante a realização do Congresso. Os parágrafos 2º e 3º serão eliminados que diz respeito sob a duração então de mera ho-

na para cada assunto e de seis horas para o total, sendo que, o parágrafo 4º passará a ser o 2º e o parágrafo 5º passará a ser o 3º do Regimento. O Presidente coloca esta questão para a Assembleia e como é de funcionamento de uma mudança o mesmo crê que ela não necessita de uma discussão, então propôs que passa-se diretamente a votação. O Presidente apresentou a proposta: Aqueles que gostariam que a Assembleia decorresse dentro daquilo que reza no nosso Regimento no seu artigo 14º, parágrafo 1º, as Assembleias Gerais Ordinárias não terão duração superior a seis horas, não podendo ultrapassar a trinta minutos de discussão cada tópico, aqueles que estiverem de acordo que isto continue, atenção, o Presidente pede atenção porque estamos em regime de votação, esclarece novamente, aqueles que concordam com a leitura deste parágrafo que é o que consta no Regimento; o Presidente esclarece ao Conselheiro que não foi aprovado, que isto deve ser aprovado e referendado pela Assembleia; foi aprovado uma moção no Congresso que está renovando os trinta minutos, então foi dada uma nova redação, no qual inclui também a duração da Assembleia que está sendo encaminhada pelo Parecer do Conselho, então isto tem que ser referendado pela Assembleia. O Presidente esclarece ao Conselheiro que ele tem por escrito o texto conforme ele acabou de lê-lo, exatamente em sua íntegra. O Conselheiro manifestou-se argumentando que a primeira parte foi aprovada na Assembleia de Ouro Preto. O Presidente esclarece que a questão não cabe, porque o que nós temos aqui e estamos cobrando-a no início da Assembleia com todos os presentes, inclusive se já foi aprovada em Ouro Preto, a moção pode ser retirada por esta Assembleia, agora, no início, para funcionamento e

é isto que a mesa está propondo, ou que se aprove a emenda, porque o Regimento pode ser modificado por proposta da Diretoria do Conselho ou da própria Assembléia mediante a assinatura de mais de trinta assinaturas que foi o que ocorreu naquela Assembléia. O Presidente alega que temos uma nova situação em que a Diretoria entende que o Regimento como está deva ser conservado e de uma nova, de origem do Conselho. O Presidente após o esclarecimento coloca em regime de votação se permanece a proposta: Assembléias Gerais Ordinárias não terão duração superior a seis horas não podendo ultrapassar trinta minutos de discussão de cada tópico. O Presidente pediu aqueles que concordam com a proposta que levantassem a mão. Por ampla maioria vence a proposta de conservação dos trinta minutos e de seis horas. José da Costa Sacco pediu que a Assembléia voltasse à Assembléia de Ouro Preto na qual foi feita uma moção solicitando alteração do Regimento porque na Assembléia de Ouro Preto com seis horas de duração com doze itens e definida para ter trinta minutos para funcionar em cada item era uma Assembléia que estava atuando de uma maneira que se que "impretada algumas vezes que se que, não vou dizer que tenha sido assim, mas poderia ser até manipulada, era uma Assembléia que trabalhava dentro de compartimentos estanques". "E quando o assunto pegava fogo trinta minutos, não poderia ser mais e ficava o assunto para ser discutido no final da Assembléia e assim sucessivamente com os outros assuntos que ultrapassavam os trinta minutos para a discussão". Háve protesto e todo o mundo se sente manipulado na Assembléia e

em decorrência disto, na ocasião, se fez uma propos-
ta, inclusive se conseguiu as trinta assinaturas neces-
sárias para que se procedesse a alteração do Regimen-
to, para que as Assembleias não tivessem mais a limi-
tação desses trinta minutos compartilhados por
assunto, isso foi aprovado pela Assembleia e chegou ao
Conselho para ele fazer a alteração do Regimento. "O
Conselho proceder a alteração do Regimento no artigo
14º, parágrafo 1º, que diz: As Assembleias Gerais Or-
dinárias não terão duração superior a seis horas não po-
dendo ultrapassar de trinta minutos a discussão de cada
tópico depois de esgotada a Agenda e não tendo atingi-
do a duração de seis horas voltar-se-ia a discussão
dos itens suspensos e 3º caso se esgote a duração pre-
vista no parágrafo 2º desse artigo a sessão será in-
terrompida por um mínimo de trinta minutos e um má-
ximo de vinte e quatro horas reiniciando as suas ativi-
dades. Esse é o Regimento que "bitola" a Assembleia
e isto é que os associados sentiram na "carne" naque-
la ocasião. O Presidente pediu atenção ao Conselheiro
porque julgou que o mesmo estivesse fazendo uma de-
claração de voto agora e não um debate a questão
e mesmo não está sendo gravada a declaração por-
que no momento que ele largue o microfone não fa-
zia parte da Ata as declarações e nós estamos inter-
rompendo a sessão, mas se entenderem que o Conse-
lheiro deva continuar eu vou suspender a sessão
porque assim nós não teremos ordem para conti-
nuar os trabalhos. O Presidente argumenta que teríamos
uma grande agenda e que foi matéria já vota-
da, então a mesa não poderia permitir que esses
tipos de manifestações se prolonguem porque assim
não teríamos condições de dar continuidade a nossa
Assembleia, essa é a questão que se expõe. Se for

questão de ordem eu concederei a palavra, caso contrário o manifestador terá que se aproximar do microfone. Dora Romariz manifestou-se alegando que era procedente a participação do José da Costa Sacco, porque deveria ter sido dado esse esclarecimento sobre o assunto antes de ser posta em votação, porque segundo ela, por exemplo, votou pelo Estatuto, porque não se lembrava e acreditou que com esse esclarecimento serviu para todos. Dora Romariz propõe que seja anulada essa votação e que seja realizada outra votação. O Presidente referindo-se a Dora Romariz alega que leu o que continha no Regimento e no Parecer dizendo que era uma moção aprovada em Ouro Preto. O Presidente pediu que, para um bom andamento da Assembleia fosse limitado a intervenção de cada orador no máximo até dois minutos e para cada assunto uma única manifestação da mesma pessoa, porque caso contrário não terminaremos mais a Assembleia. O Presidente comentou que como já é de praxe nas nossas Assembleias, cumpre um momento, o Presidente foi interrompido, mas por motivos de não gravação, ou seja, as manifestações não foram gravadas para a Ata. Tão logo, que possível, o Presidente comunicou que já havia passado mais de meia hora de Assembleia, o tempo é controlado pela mesa e a mesma entende que se houver por bom senso que, o assunto não seja interrompido nós seremos um pouco elásticos no cumprimento do nosso Regimento. O Presidente alega se ficarmos nesse impasse não daremos continuidade na nossa Assembleia. Alexandre Silva comentou que segundo o que ele

entende-se é que Dora Romariz fez uma proposta de anular a primeira votação e essa proposta não foi colocada em votação. O Presidente submete então a nova votação, mas antes esclarece que aqueles que querem anular a votação da primeira proposta que levantem a mão, ampla maioria. O Presidente argumenta que existe uma proposta vinda do Conselho e lê o Parecer: O Conselho Superior da Sociedade Botânica do Brasil, reunido no XXXVIII Congresso Nacional de Botânica em São Paulo, Estado de São Paulo, em sessão realizada em vinte e cinco de janeiro do ano corrente, após examinar a 5ª moção constante da Ata e aprovada na Assembleia Geral Ordinária do Congresso Nacional de Botânica, de Ouro Preto deliberou que o artigo 14º, parágrafo 1º, terá a seguinte redação: As Assembleias Gerais Ordinárias não terão limite de duração nem total nem para discussão de qualquer de seus tópicos, poderão ter interrupções por decisão própria pelo período que entenderem necessário para reinício de suas atividades que deverão ser concluídas ainda durante a realização do Congresso, os parágrafos 2º e 3º serão eliminados, sendo que o parágrafo 4º passará a ser o 2º e o parágrafo 5º passará a ser o 3º do Regimento. Este é o Parecer assinado em vinte e cinco de janeiro de hum mil novecentos e oitenta e sete pelos Conselheiros comentou o Presidente. Pediu a palavra Maria Estefânia de Aguiar, questão de ordem, ela argumentou que respeita profundamente a opinião de José da Costa Siqueira, mas quando lamos a Ata de Ouro Preto uma coisa fica muito evidente, existe muita repetição de opiniões, muita falta de objetividade da Assembleia com relação aos assuntos; por outro lado, ela acha que a limitação

de cinco minutos para o orador não significa, no ponto de vista dela, ser-se-á coisa nenhuma, mas que se conduza os trabalhos de uma forma lógica, racional, coerente evitando redundâncias desnecessárias. O custo dessa Assembléia é altíssimo, se observar o que foi publicado no Boletim, metade do orçamento da arrecadação dos sócios é gasto na transcrição dessas Atas, portanto acredito que todos somos pessoas bastante inteligentes para podermos ser racionais e não precisarmos de uma Assembléia de duração ilimitada, eterna criando polémica onde na realidade não há necessidade. Se José da Costa Sacco acredita que o limite de tempo pode servir para a manipulação da Assembléia, Maria Estefânia acha que a falta de limitação de tempo é que pode ser uma manipulação, porque de repente se começa a fazer "tempestade em copo d'água" como está acontecendo agora, a Assembléia se esgota pelo cansaço natural e aqueles que conseguirem resistir e ficar aqui dentro depois de doze ou vinte e quatro horas irão decidir como bem entenderem. O Presidente comenta que as questões de ordem não podem ser questões opinatórias, com defesas da discussão, então, se ficarmos rebatendo e levantando como questões de ordem para rebater pontos de vistas, creio que não vamos à frente com a Assembléia, de modo que, se a Assembléia entende que o Parecer do Conselho deva ser aprovado ou não nós submeteremos à consideração. O Presidente colocou: Aqueles que entendem que o Parecer do Conselho deva ser aprovado, o qual contém a modificação do Regimento, queiram levantar a mão. O Presidente pediu que permanecessem com as mãos levanta-

das porque é mais ou menos a metade das pessoas que estão com as mãos levantadas e portanto temos que fazer a contagem. A contagem foi realizada por filas, tendo em vista a dificuldade em contar em conjunto. Foram contados pela mesa 65 votos. Aqueles que não concordam com a modificação e que gostariam que fossem os sessenta minutos, ou seja, aqueles que não concordam com aquilo que foi encaminhado. O Presidente começa a contagem dos votos partindo da primeira fila e assim sucessivamente até a última fila. Foram contados pela mesa 58 votos e 6 abstenções. Dando continuidade aos trabalhos o Presidente comenta que a proposta apresentada pelo Conselho foi a vencedora e portanto chega a hora de cumprimentos com muito respeito a lembrança dos SEQUENTES COLEGAS FALECIDOS e antes que fizessemos a leitura do necrológico dos mesmos o Presidente solicita um minuto de silêncio em homenagem a Dra. Irina Delanova de Gernichujnik, Pesquisador Oswaldo Hardro, ao Dr. Ezechias Paulo Heringer, Dr. Frederico Brieger e Dr. Fernando Romero Milanez. A seguir o Presidente convida a Pesquisadora Elizabete Lopes para fazer a leitura do necrológico da Dra. Irina; o Dr. Armando Mattos para o do Dr. Ezechias Heringer; Prof. Waldir Mantovani para o do Pesquisador Oswaldo Hardro; Dr. Honório Monteiro para o do Dr. Fernando Milanez e como não havia ninguém para fazer a leitura do necrológico do Dr. Frederico Brieger o Presidente dá continuidade a Assembleia, na qual foram tratados os seguintes assuntos: LEITURA DA ORDEM DO DIA, porque em outros assuntos há assuntos de extrema importância. O Presidente declara que havia sido comunicado uma Assembleia Geral Extraordinária, uma determinação

do último Congresso, para modificação do Estatuto. Essa Assembleia deveria ter sido convocada quarenta e cinco dias antes com a pauta, ela foi convocada, mas sem a pauta e por uma falta de comunicação, na impressão da terceira circular onde sairia em tempo hábil essa convocação não foi feita e portanto só saiu no Programa. O Conselho entende que não seria necessário realizar essa Assembleia porque, como ficou determinado na Assembleia de Ouro Preto não havia propriamente uma Comissão, mas a própria Diretoria apresentaria um antiprojeto. A Diretoria da SBB não sentiu condições necessárias de elaborar tais tipos de modificações com os inúmeros outros afazeres da própria Sociedade e pela responsabilidade de apresentar um antiprojeto, que pensamos, que deva ser feito por uma Comissão eleita nesta Assembleia, então, entende o Conselho que não haveria mais motivo para a realização da Assembleia Geral Extraordinária, mesmo porque estaria contrariando os quarenta e cinco dias, porém que, os assuntos que estariam em pauta na Assembleia Extraordinária estarão no final desta Assembleia em outros assuntos. O Presidente lê a agenda da Assembleia Geral Ordinária e o próximo item refere-se: DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ATA DO XXXVII CONGRESSO NACIONAL DE BOTÂNICA, realizado em Ouro Preto, em janeiro de hum mil novecentos e oitenta e seis. O Presidente esclareceu que a Ata foi distribuída aos sócios a medida que foram regularizar a sua situação financeira junto a Secretaria-Tesouraria da SBB, mas como se esgotou a Ata foi providenciado imediatamente o xerox da mesma e talvez, neste meio tempo, algum sócio tenha ficado sem a Ata. Após os esclarecimentos o Presidente per-

9/14
guntou se haveria alguma(s) alteração(ões) a ser(em) feita(s) na Ata. O Presidente colocou a Ata em regime de votação. A Ata foi aprovada na íntegra. Seguiram as COMUNICAÇÕES DA PRESIDÊNCIA, constando do decimo Relatório das Atividades do ano de hum mil novecentos e oitenta e seis " 1. Congressos - a. O Congresso Nacional de Botânica, o de número 37, realizado em Ouro Preto, liderado pelas colegas Maria Aparecida Zurb e Aristéa Alves Azevedo foi com sucesso, com cerca de mil participantes e cerca de 370 trabalhos apresentados. b. Congresso Latino-Americano: diversos associados da SBB, inclusive o seu Presidente, estiveram presentes com participação destacada no evento, conforme está narrado nas páginas 8 e 9 do Boletim nº 3. c. SBPC: Graças à coordenação, em São Paulo, da Colega Naneza Luiza de Menezes e da cobertura da Seção Regional do Paraná, a SBB participou da 38ª Reunião Anual da SBPC no Simpósio - Preservação da Flora frente às necessidades da Agricultura e Indústria. Este foi coordenado pela associada Maria Schoenberger. 2. Encontros Regionais - Nas páginas 11 e 12 do Boletim nº 3 e no Boletim nº 4 estão detalhadas as Atividades das Seções Regionais: RJ, RS, MG/BA/ES, PE e AM. 3. Cursos - Realizados pelas Seções Regionais do Rio de Janeiro e de São Paulo estão detalhados na página 13 do Boletim nº 3. Tanto os encontros regionais como os cursos demonstram o vigor e o bom desempenho das Seções Regionais. 4. Plano Nacional de Botânica - Havia quatro preliminares informais, os quais estão narrados no Boletim nº 3, páginas 15 a 18, seguindo-se mais dois encontros em São Paulo em outubro e dezembro, dos quais resulta a proposta do Plano Nacional de Botânica que estará sendo discu-

tido neste Congresso. 5. Viagens da Presidência - a. Presidente: além do comparecimento ao 4º Congresso Latino-Americano de Botânica, em Medellín, Colômbia, aproveitando a passagem concedida pelo CNPq, também participou da 38ª Reunião da SB-PC. Por ocasião dessa Reunião, proferiu palestra no Simpósio - Preservação da Flora frente às necessidades da Agricultura e Indústria: ponto de vista botânico, coordenado pela SBB. Da outra parte o Presidente viajou em outubro, para São Paulo, onde participou de reunião da comissão eleita pela Assembléia da SBB, para a confecção do Plano Nacional de Botânica, e nesta oportunidade o Presidente deslocou-se até o Rio de Janeiro onde manteve contatos com a FINEP, visando obter recursos para a SBB e 38º Congresso Nacional de Botânica. b. Vice-Presidente: com recursos próprios e aproveitando estada em São Paulo, reuniu-se com membros da diretoria do 38º CN-Bot, fazendo sugestões para a organização do evento, tendo oportunidade também de intermediar uma reunião da Comissão do Plano Nacional de Botânica. 6. Representações e designações - Em muitos eventos e reuniões, a presidência da SBB não pode estar presente, porém a representatividade da Sociedade se faz importante. Assim sendo, solicitou-se representação a diferentes associações, principalmente Diretores de Seções Regionais. Também para muitas tarefas importantes na vida da SBB a presidência tem designado vários sócios com a finalidade de desempenhar funções, visando a participação mais apropriada. A colega Naneza Luiz de Menezes foi solicitada para várias representações em diversas reuniões, em especial na SBPC,

como em oito de dezembro/86, na qual ficou acerta-
da a participação da SBB na 39ª Reunião da SBPC,
em Brasília. A mesma associada participa, em São
Paulo, do encontro das Sociedades Científicas para in-
dicação da lista triplíce para o Conselho Deliberativo
do CNPq. Ainda a mesma diretora representa a SBB
na iniciativa conjunta do CNPq e Estado de São Paulo,
na instalação da "Estação Científica" como Centro de
Ciências para Juventude, em São Paulo. A colega Ange-
la Vaz representa a SBB na 8ª Reunião Anual sobre
Evolução Sistemática e Ecologia Micro-moleculares, no
Rio de Janeiro. O colega Pedro Lisboa representa a
SBB junto às festividades do 120º aniversário do Mu-
seu Emílio Goeldi, quando a SBB foi honrada com um
diploma e medalha comemorativa do evento. O Secretá-
rio-Representante fez-se presente na posse do Dr. Cro-
dovaldo Pavan na presidência do CNPq. O colega as-
sociado José Peters foi indicado pela presidência pa-
ra a comissão de Biotecnologia da SBPC. Por último,
ainda nos primórdios de 1986 a colega Vera R. Cora-
din foi indicada como Secretária Adjunta ao Secretá-
rio-Representante em Brasília, visando auxiliá-lo em
suas tarefas. F. Publicações - a. Anais - Foram publi-
cados e distribuídos os Anais do 33º Congresso Na-
cional de Botânica (CNBot) realizado em Maceió em
1982. Os trabalhos do 35º CNBot, entregues para pu-
blicação, em Manaus, já estão compostos, prontos e
entregues para o secretário-representante, Lídio Co-
radin, para serem publicados através da EMBRAPA. b.
Boletim - Foram publicados os boletins nº 3 e nº 4 (exem-
plares em anexo). c. Acta Botanica Brasílica - Foi publica-
do o volume 1(1), que estará sendo distribuído após este
Congresso quando voltarmos a Porto Alegre, aos sócios
queítes (exemplar em anexo). d. Atas da Seção Riode

Janairo da SBB - Com uma comissão editorial composta por três membros (vide boletim nº 3, pag 13), segue suas atividades, colaborando na divulgação da botânica brasileira.

8. Secretaria - Tesouraria - A secretaria teve um trabalho gigantesco, acentuando pelos limitações financeiras sugeridas pelo Conselho Superior, dando brande-se em responder cerca de 200 cartas e ofícios, enviar opções, atualização de lista de associados, examinar pedidos de auxílios, prestações de contas à FINEP, CAPES e CNPq, expedição de circulares aos sócios e Seções e boletim nº 3. Somente a partir de junho, pode a SBB contar com um funcionário em tempo parcial, que atua no auxílio da secretaria e tesouraria. Deste modo a 1ª e 2ª Secretarias-Tesourarias arcaram com uma carga de trabalho bastante ponderável. Felizmente pode-se manter os serviços contábeis em dia através do ano, o que empresta uma segurança administrativa efetiva. O Presidente declara que a 1ª Secretária-Tesoureira estava presente nos dois primeiros dias, mas por motivos de saúde e aconselhamento médico está em repouso absoluto.

9. Outros Assuntos - a. A SBB manifestou-se por mais de uma vez sobre o programa PNUD-UNESCO, dando inclusive parecer ao Ministério de Ciência e Tecnologia conforme está narrado na página 10 do Boletim nº 3. A SBB, a pedido do Presidente da Central de Medicamentos - CEME, contribui para a elaboração da 2ª lista de plantas medicinais, enviando junto sugestões de plantas viáveis de estudo, algumas considerações sobre o "Programa de Pesquisa em Plantas Medicinais", solicitando para tal colaboração a opinião de sócios especialistas da área. C. A SBB através de seu Secretário-Re-

presentante, teve oportunidade de opinar na regulamentação do decreto nº 93.180, que dispõe sobre a realização de Expedições Científicas no país. Estes são os principais tópicos previstos, ou efetuados e que se constituem no relatório desta Presidência ao Conselho Superior da SBB e para a continuação desta Assembleia. "As Comunicações da Presidência da SBB prosseguiram com a leitura dos Planos Gerais: " 1. Administrativos - a. Utilidade Pública: Tentar obter, ainda neste ano, a Utilidade Pública da SBB em âmbito nacional, junto ao Ministério da Justiça. Gestões, em andamento, deverão continuar, e toda a influência de conselheiros e associados junto ao governo federal será bem vinda. b. Utilidade Pública regionalizada: Seções Regionais foram orientadas para que, no âmbito de sua atuação (municípios sede e governos estaduais) encaminhem documentação, visando a obtenção de sua utilidade pública; isto poderá facilitar a obtenção de recursos locais e do reconhecimento a nível Federal. c. Congresso Nacional de Botânica: Dar respaldo ao planejamento, obtenção de recursos, organização e realização do Congresso em Belém; como tem sido feito usualmente estamos passando nossa experiência à Comissão Organizadora do Congresso. d. SBB: A SBB procurará se beneficiar dos incentivos concedidos pela Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986 (Lei Sarney), para aumentar sua receita anual, providenciando para tanto os registros e credenciamentos necessários. e. Sócios: Dar continuidade à admissão de novos sócios expressar a lista daqueles que não pagam à SBB e manter atualizados os registros sociais. f. Sede: Manter a sede administrativa e seu arquivado a qual temos localizada Av. Princesa Isabel, 57 - sala 415, em Porto Alegre. g. Pessoal administrativo

vo: Manter os serviços contábeis, indispensáveis à obtenção de recursos junto a diferentes órgãos e agências financiadoras governamentais, bem como um auxiliar de escritório, embora as necessidades fossem de no mínimo 2 funcionários para estas atividades. 2. Publicações - a. Dar continuidade à publicação do Boletim, canal de ligação e comunicação com os associados. b. Publicar os anais em atraso ainda nesta gestão. c. Publicar o volume (2) da Acta Botânica Brasileira e examinar o volume 2(1) e, havendo recursos, publicá-lo. 3. Regionalização - Incentivar a criação de Seções Regionais esperando-se que a arregimentação da Seção Brasília-Goiás se materialize e provavelmente iremos aprovar hoje a criação da Seção Regional do Pará." O Presidente passou a palavra ao Secretário-Representante, que leu as COMUNICAÇÕES DA SECRETARIA PERMANENTE: "Entre os assuntos conduzidos pela Secretaria Permanente no ano de 1987, merecem destaque os seguintes: 1. Declaração de Imposto de Renda, foi apresentada a declaração do Imposto de Renda, junto a Secretaria da Receita Federal, relativo ao período 1º de fevereiro a 31 de dezembro de 1985. Esta foi a primeira apresentação de Imposto de Renda pela SBB, cobrindo o período janeiro-dezembro; 2. Incrição no CEC, foi oficialmente cadastrado, junto a Secretaria da Receita Federal, a Seccional Paraná/Santa Catarina, criada em 1985, por ocasião da realização do XXXVI Congresso Nacional de Botânica, em Curitiba. Com isto, a SBB conta atualmente com sete seccionais devidamente registrados e em pleno funcionamento, que são Seccional São Paulo, Sec

cional Rio Grande do Sul, Seccional Minas Gerais/Bahia/Espírito Santo, Seccional Rio de Janeiro, Seccional Pernambuco, Seccional Amazonas e Seccional Paraná/Santa Catarina, desta forma, temos atualmente 17 estados do país coberto por Seccionais. Em termos das Regiões Geopolíticas, temos as regiões Sul, Sudeste e Nordeste totalmente coberta por Seccionais, a Região Centro-Oeste continua ainda sem qualquer seccional e a Região Norte tem apenas a Seccional Amazonas.

3. Publicação de Anais, a Secretaria Permanente continua colaborando com a Sociedade também no que se refere a divulgação dos trabalhos apresentados nos Congressos. Assim, tivemos em 1986 a edição e distribuição, com recursos da EMBRAPA, dos Anais do Congresso de Macaio;

4. Utilidade Pública, foi encaminhado ao Ministério da Justiça, no início de 1986, os documentos necessários para que a SBB seja considerada como de Utilidade Pública. O processo está em fase de estudos naquele Ministério. Esperamos que ainda em 1987 possamos lograr êxito na sua aprovação, o que, sem dúvida, será um grande feito conseguido pela SBB. Cópia deste processo foi encaminhado à Diretoria em Porto Alegre e inclusive para algumas Seccionais.

5. Mudança de endereço das Seccionais junto a Secretaria da Receita Federal, foram atualizados, através do encaminhamento de formulário próprio a Secretaria da Receita Federal, os endereços das Seccionais São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais/Bahia/Espírito Santo e Rio de Janeiro.

6. Alteração de código da SBB perante a Secretaria de Receita Federal, foi alterado o código de cadastramento da SBB junto a Secretaria da Receita Federal que passou de 8029 para 8022 o que corresponde a definição de Entidades Culturais, Científi-

cos e Educacionais que é onde realmente deve estar enquadrada a nossa Sociedade e não como estava anteriormente ou seja na subseção Outras Instituições.

F. Apoio ao XXXVIII Congresso Nacional de Botânica, por solicitação da Diretoria deste Congresso, esta Secretaria atua no sentido de buscar novas alternativas para a captação de recursos para a realização do Congresso. Não foi tarefa fácil. Estivemos juntamente com a Presidente do Congresso, visitando vários órgãos como o SEMA, EMBRAPA e IBDF, ao final, se o esforço não foi coroado de pleno êxito, vale o sacrifício para conseguirmos um montante de recursos bastante razoável, apesar de que parte destes recursos ainda não foram liberados. "O Presidente coloca que houve uma intervenção da plateia do Sr. Afrânio Fernandes dizendo que o termo Seccional não deve ser usado e sim Regional ou Seção Regional. COMUNICAÇÕES DA PRESIDÊNCIA DO XXXVIII CONGRESSO NACIONAL DE BOTÂNICA, feitas por Nanuza Luiza de Moraes, divulgando que, após a escolha da sede, São Paulo para o Congresso Nacional de Botânica, após a leitura da Ata constatarem uma certa polêmica, que houve em Ouro Preto durante a escolha do local que havia sido prometido outro e que naquele época já se havia deixado claro porque, tinha-se decidido pela cidade de São Paulo, porque pelo número de pessoas que estavam sendo previstas e pela programação apresentada seria impossível de levar para a Serra Negra ou Campos do Jordão ou Águas de Lindóia que são cidades maravilhosas. A Presidente do Congresso comentou que mesmo sendo em São Paulo houve um trabalho muito e que muitas vezes nem sem

pre sai tudo como a gente planeja; um dos problemas que ela e que os demais participantes estavam sentindo era a programação social, foi tentada, mas São Paulo não é como outras cidades, onde alguns casos de show são fechados, ela explica que eles queriam que fossem pagos 50% antes e como todos sabem as dificuldades são grandes para se conseguir dinheiro para empreendimentos científicos de alto nível é uma coisa, mas conseguir dinheiro para pagar coquetel, de dança, etc. é muito mais complicado. Há um grande empenho de toda a equipe que auxilia na organização do evento procurando oferecer aos Congressistas um Congresso de alto nível e pensando na formação de recursos humanos que é uma das prioridades do Governo e do nosso Plano Nacional de Botânica. Foi programado inúmeros Cursos para mostrar aos jovens quantas possibilidades eles têm; muitos Simpósios dos quais dois infelizmente foram cancelados o de Fito-sociologia e o de Educação Ambiental. Quando voltamos de Curitiba foram realizadas várias Reuniões onde solicitávamos a colaboração de todos e recebemos muitas sugestões e colaborações. Quanto a escolha do jequitibá, tema do nosso Congresso, havia quatro possibilidades uma delas era a guaresmeira pela beleza da flor que nesta época do ano encontra-se muito bem representada pela cidade. A Presidente do Congresso salienta que houve algumas inovações, por exemplo, na porta de resumo há uma indicação em cada resumo a seção onde vai ser apresentado e sugere que todos adotassem daqui para frente, tendo em vista, a facilidade para se localizar. Infelizmente houve uma confusão na numeração das páginas do volume do programa e houve coincidência entre dois Simpósios.

Concluiu dizendo que era uma satisfação muito grande, apesar de todo o trabalho e o cansaço "é uma maravilha ver os corredores cheios de 'botânicos'". Também lembra que haverá além da Sessão de Encerramento o Jantar de Confraternização. **COMUNICAÇÕES DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO SUPERIOR**, o Presidente Valmar Corrêa de Andrade, esclarece que o Conselho Superior reunir-se desde a 6ª feira com as tarefas em pauta propostas pela Presidência da SBB, que consta, análise das Prestações de Contas das Regionais e da SBB; observações e alguns comentários sobre o Relatório de 1987; análise das duas moções aprovadas em Ouro Preto (15ª e 18ª moção). Participaram dessas reuniões os Conselheiros: Valmar Corrêa de Andrade, Afrânio G. Fernandes, William A. Rodrigues, José Ângelo Rizzo, Dorothy Sue Dunn de Araújo, Manuel L. Gavilanes, Ana Maria Giuliotti e José da Costa Sacco. O Presidente do Conselho comunica que por motivos óbvios a Conselheira Ana M. Giuliotti participa apenas um dos dias das reuniões. O Conselheiro José Ângelo Rizzo participa a partir da 2ª feira, portanto o Conselho estava funcionando na 6ª feira, sábado e domingo com seis dos seus membros, e no sábado com sete dos seus membros. A partir do dia 25 de janeiro foi começado a emissão dos Pareceres, o qual foi lido na íntegra um a um para conhecimento da Assembleia. O Presidente do Conselho passou, então, à leitura dos pareceres, começando pelas Prestações de Contas das Regionais. O Conselho Superior da Sociedade Botânica do Brasil reuniu-se em sessão realizada em dia 25 de janeiro do corrente ano, durante o XXXVIII Congresso Nacional de Botânica,

em São Paulo, Estado de São Paulo, aprova as Prestações de Contas das Seções Regionais AM, PE, RJ, PR/SC, da Sociedade Botânica do Brasil, relativo ao período de 1986. O Conselho Superior da Sociedade Botânica do Brasil, reunido em sessão realizada em dia 25 de janeiro do corrente ano, durante o XXXVIII Congresso Nacional de Botânica, em São Paulo, Estado de São Paulo, examinando as Prestações de Contas da Seção Regional MG/BA/ES para o ano de 1986 resolve devolver a referida Prestação, para que, sejam anexados os comprovantes de Receita e Despesa. O Conselho Superior da Sociedade Botânica do Brasil, reunido em sessão realizada no dia 25 de janeiro do corrente ano, durante o XXXVIII Congresso Nacional de Botânica, em São Paulo, Estado de São Paulo, aprova a Prestação de Contas da Seção Regional SP, da Sociedade Botânica do Brasil, relativo ao período de 1985 e 1986, recomendando apenas que a emissão de cheque deveria ser nominal para cada despesa efetuada e não para pagamentos de duas ou mais despesas conjuntas. O Conselho Superior da Sociedade Botânica do Brasil, reunido em sessão realizado no dia 25 de janeiro do corrente ano, durante o XXXVIII Congresso Nacional de Botânica, em São Paulo, Estado de São Paulo, aprova as Prestações de Contas da Seção Regional RS, da Sociedade Botânica do Brasil, relativo ao período de 1986, recomendando que futuras prestações sejam acompanhadas da documentação original e aprova também o Regulamento Interno da Regional RS depois de analisá-lo convenientemente. Em seguida, leu os Pareceres referentes a SBB. O Conselho Superior da Sociedade Botânica do Brasil, reunido em sessões realizadas nos dias 26 e 25 de janeiro do

corrente ano, durante o XXXVIII Congresso Nacional de Botânica, em São Paulo, Estado de São Paulo, aprova a Prestação de Contas da Diretoria da SBB, referente ao ano de 1984 e 1985 respectivamente, comprovando que a Diretoria da SBB atende as solicitações feitas pelo Parecer do Conselho em 19 de janeiro de 1986, em Ouro Preto, opinando pela sua aprovação e solicita também que a Diretoria da SBB juntasse os comprovantes de Receita e Despesa referente a Prestação de Contas pertencente ao ano de 1986. O Conselho Superior da Sociedade Botânica do Brasil, reunido em sessão realizada em dia 25 de janeiro do corrente ano, durante o XXXVIII Congresso Nacional de Botânica, em São Paulo, Estado de São Paulo, examinando as Prestações de Contas do XXXVI CNBOT, realizado em Curitiba, PR, constata que foram atendidos as recomendações propostas pelo que sugeriram a sua aprovação e também foi aprovada a Prestação de Contas do XXXVII CNBOT, realizado em Ouro Preto, MG. O Presidente do Conselho referiu-se a análise das duas moções que vieram em pauta, a 5ª moção que é exatamente a modificação do Estatuto, já foi lida pelo Presidente da SBB e a 18ª moção é referente a aquela carta proveniente, emanada da Sociedade de Zoologia do Brasil que solicitava a elaboração de a realização do Congresso de Zoologia juntamente com o Congresso de Botânica e que foi rejeitado pela Assembleia, no entanto, houve uma moção em que um determinado sócio, consta na linha 1223 da 18ª moção, que é um sócio estrangeiro, que propõe a não realização dos Congressos conjuntos, mas nada impediria que as duas Sociedades pudessem participar em alguns eventos conjunta-

mente; essa moção foi aprovada e com essa moção constava especificamente o nome do Conselho Superior da SBB, este Conselho então emitiu o seguinte Parecer: "O Conselho Superior da Sociedade Botânica do Brasil, reunido no XXVIII Congresso Nacional de Botânica, em São Paulo, Estado de São Paulo, em sessão realizada na dia 25 de janeiro do corrente ano, após examinar a 18ª moção constante na Ata da Assembleia Geral Ordinária do Congresso Nacional de Botânica em Ouro Preto sugere que seja negociada com a Sociedade Brasileira de Zoologia uma reunião conjunta dos dois Conselhos Superiores (SBB e SBZ) em data e local a serem definidos, ocasião em que poderiam se discutir e definir esforços conjuntos, que aproximassem, na medida do útil e desejável as duas Sociedades. O Presidente do Conselho Superior comenta que durante toda essa realização das reuniões o Conselho Superior foi assistido diretamente pela 1ª Secretária Tesoureira que esclareceu algumas dúvidas quando surgiram nas Prestações de Contas e quando da sua ausência o próprio Presidente da SBB fazia os esclarecimentos. Houve também uma reunião conjunta entre o Conselho Superior e a Diretoria da SBB onde muitos assuntos foram debatidos e bastante esclarecidos para ambos. O Presidente da SBB passou para o próximo item: APROVAÇÃO DE NOVOS SÓCIOS, há uma lista de propostas e algumas não puderam ser incluídas, ou melhor, transcritas porque na última hora, são quase 400 nomes na sua totalidade. O Presidente argumenta que no ano passado havia uma lista com pouco menor de aproximadamente 250 sócios; por proposta da própria Assembleia, já que a lista se encontrava a disposição, foram

aprovados em bloco. O Presidente colocou para a Assembleia se gostariam que fossem lidos os nomes com a sua aprovação em bloco. Também foi comentado que a Secretária verifica cuidadosamente nome por nome para constatar se não é uma nova readmissão. Gizélia da Regional MG/BA/ES gostaria de fazer um esclarecimento sobre a Prestação de Contas da Regional. A Prestação de Contas foi trazida em mãos, não havia na Diretoria da Regional nenhuma documentação que deveria trazer ou enviar antes e só foi possível chegar na USP às 15:00h de domingo por motivos de transporte na reunião, portanto a Prestação de Contas veio comprovada constando de duas partes, uma com todos os recibos e uma outra com todos os extratos bancários que foi entregue a 1ª. Secretária-Tesoureira, que na ocasião argumenta-se fosse necessário, então ela solicitaria a mesma os documentos. Também foi comentado o assunto com o Conselheiro Gaviões, portanto a Prestação de Contas veio completa. O Presidente do Conselho comenta que recebeu apenas duas folhas onde constavam as Despesas, não chegando aos Conselheiros a documentação que Gizélia faz referência. Portanto estando em nossas mãos essa documentação no próximo dia quando continuaremos a reunião para concluir a Ata, então, novamente procederemos a análise dessa Prestação de Contas, sem nenhum problema. O Presidente da SBB continuando com o item aprovação de novos sócios solicita a Plateia da Assembleia que se manifeste em relação a aprovação em bloco da lista que encontra-se na mesa da Diretoria da SBB a disposição. O Presidente colocou em re-

931
sua de votação, a mesma foi aprovada por unanimidade da Assembleia. Segue a lista, por ordem alfabética de Estado, dos sócios admitidos em mil novecentos e oitenta e sete, obedecendo a seguinte legenda: (C) Contribuinte, (E) Estudante.

Amazonas: Angelina Maria de Lima Cortes (E), Heloiza Helena Vasconcellos de Aguiar (E), Isobél D. K. Ferraz (C), Leandro Valle Ferreira (C), Paulo César Bolosso (C), Ricardo de S. Secco (C), Simex Thierry de Vieira Sá (E); Bahia: Alene Maria de Oliveira Marcondes (E), Ademir José Romo (C), Alimê Franca Gama (C), Agda dos Virgens Silva (E), Alex Alan Furtado de Almeida (C), Alina da Rocha Sacramento (C), Anélia Hilda Moreira Sampaio Ribeiro (C), Ana Simone de Sousa Simões Silva (C), Antonio Fernando de Paula Costa Guimarães (C), Augusto Jorge Lima Moreira (E), Célia Maria Bastos Lôbo Pinheiro (C), Cláudio dos Santos Nascimento (C), Denise Maria Sacramento Nossa (C), Dinéia Sá Flores (E), Edson Adroaldo Araújo Sepulveda (C), Elenita Ribeiro de Queiróz Sobrinha (E), Elbano Paschoal de Figueiredo Moraes (C), Elói de Batista Rosa (E), Elvis Lima Vieira (C), Eurico José de Souza (C), Evany Alves Barros (E), Fernanda Delfa Simões (E), Fernando Antonio Esteves de Araújo Silva (C), Flomarian Souza Matos (C), Francisco de Assis Ribeiro dos Santos (E), Humberto Brandão de Souza (C), Ione Costa Freitas (E), Isaias de Sousa Cavalcante (E), Ivonise Maria de Oliveira Cruz (C), Jacira Maria dos Santos Villas-Bôas (E), Jacira Costa Mascarenhas (C), Jorge Joazez Cardoso (E), José Angelo Leite Pinto (E), José Fernando Dantas de Almeida (E), José Santino de Assis (C), Juan Alfonso Rodríguez Alóides (C), Kátia Cristina Leão de Magalhães Abreu (C), Laura Cristina Gouveia Cohen Pedreira (E), Liege Zoé Silva

(C), Lúcia Maria Cardoso Gonçalves (C), Lygia Para-
quezaque Batista (C), Mara Rogere Barros de Almeida
(C), Maria Augusta Morães Nascimento (C), Maria Be-
tania Valeriano Lopes (E), Maria Clara Ferreira (C),
Maria Correção Velozes de Farias (E), Maria Cristi-
na Mello e Silva D'Oliveira (C), Maria da Glória
Santos Costa (E), Maria da Glória dos Santos Olivei-
ra (C), Maria de Fátima do Amaral Varjão (C), Maria
de Lourdes Sacramento Andrade (C), Maria Rita Fal-
ção da Silva (C), Mário Antonio Lima Leal (E), Mayde
Baptista Costa (C), Nêa Andrade de Macedo (C), Neu-
da Suzarte Santos (E), Norberto Carvalho de Oli-
veira (E), Olga Leopoldina Simões Carneiro (C), Paulo
Sérgio Cerqueira Costa (E), Raul René Valle (C), Re-
ny Crispina Massaranduba (C), Ricardo Augusto Ca-
lheiros de Miranda (C), Rita de Cássia de Franca
Carneiro (E), Rosa Maria Cerqueira Gomes (C), Rosa
Maria Daltro Martins (C), Rosenéri Dolores de Almei-
da (E), Rute Colares Pelicão (C), Sônia Maria Gal-
vão Cunha (C), Salim Jardy Filho (C), Silvia Helena
Cavalcanti de Siqueira Pereira (C), Telma Maria de
Oliveira Costa (C), Tereza Cristina Dourado Cardo-
so (E), Vânia Jaciara Bispo da Costa (C), Vera Lú-
cia Bastos Silva (C), Veralúcia Ferreira de Sousa (C),
Wanex Lima Flores (C); Distrito Federal: Pad-
maja Haridossan (C), Raul Luís de Melo Resi (E),
Rafael Alves (E); Espírito Santo: Ana Paula Valen-
tini Pereira (E), Rosenbergue Bregança (C); Ma-
ranhão: Maria Cristina Lima Cabral Marques (E),
Saulo Rios Mariz (E), Tânia Coelho Morães Lima (E);
Mato Grosso: Diana de Lima (E), Edson Conceição
de Campos Moraes (C), Rodolfo José de Campos
Curvo (E), Sylvia Torrecilha (C); Minas Gerais: Al-
varo Cantorii Nunes (E), Alzira Batista Cecílio (E),

Andréa Lacerda Bilencaurt (E), Arlinda Evarioto (E),
Beatriz Barbosa Simões Coelho (E), Denise Cortinho
Dourmond (E), Denise Garcia de Santana (E), Grei-
cilene Regina Pedro (E), Jane Aparecida de Paula
(E), Jane Boaventura Figueiredo (E), José Carlos
Fernandes da Costa (E), Juliana Nazaré de Lima (E),
Najla de Castro Attala (E), Rosana Elena de Oliveira
Bento (E), Valtamir Gonçalves Ribeiro (E); Pará: Ade-
mir de Morães Rabelo (E), Adilson Miguel da Silva Va-
go (C), Ana Cecília Ribeiro Cruz (E), Anne Line Gély
(C), Antonio Marcos Mota Miranda (C), Antonio Sér-
gio Lima da Silva (C), Antonio Teófilo Gomes Dias (C),
Helen Maria Pontes Solão (C), Jacques Ivon Georges
Jangaex (C), Jair de Sales Ramos (E), João Batista
Fernandes da Silva (C), João Cesar Alves da Silva (C),
Jorge Oliveira (C), José Lúcio Coelho de Almeida (C),
Jeremias do Socorro Azevedo da Silva (C), Kaorú Oka-
da (C), Ligia Tobias Silveira (C), Lillian de Araújo La-
reiro (C), Lúcia de Fátima Almeida (C), Luiz Carlos
Batista Lobato (E), Maria da Conceição Cardoso de
Cardoso (C), Maria da Graça Albuquerque Lobo (C),
Maria das Graças Vasconcellos Mbradei (E), Maria das
Graças Victor de Morães (C), Maria de Fátima da
Silva Pinheiro (C), Maria de Nazaré do Carmo Bos-
tas (C), Maria Lúcia Silva Ramos (E), Maria Marta
Nogueira Magalhães (E), Mário Augusto Gonçalves
Jardim (C), Mário Rosa dos Santos (E), Milton Hélio Li-
ma da Silva (C), Nelson de Araújo Rosa (E), Osmarina
Pereira da Paixão e Silva (C), Raimunda Conceição
de Vilhena-Potigeara (C), Raimundo da Silva Monteiro
(C), Raimundo Reis dos Santos (C), Raimundo Tervelin
Pantaja de Vasconcelos (C), Sérgio Augusto da Motta
Souza (C), Silvia Maria Souza Mesquita (C), Toshiko
Oniki (C), Ubirajara Nery Maciel (C); Paraná: Adria-

na Cristina Longo (E), Ana Lucia Olivo Rosas Moreira (C), Arilêni Gomes da Cunha Paubel (C), Celso João Rubin Filho (C), Francisco Striquer Soares (C), Irene Itala Trippia Cecy (C), Isabel de Sousa Pires (C), Ismar Sebastião Morcheta (C), José Augusto Cunha (C), Júlio César Xukishigue Takeda (E), Lilia Maria Portoni Wachowicz (E), Lilitana Rodrigues (C), Lorena Carmen Teixeira Folda (E), Luci Neiva Tiz zaia Arrabaca (C), Lourdes Maria Krul (E), Luiz Henrique Becker (E), Maria Aparecida J. Oliveira (E), Maria de Jesus Fortuna Pascoal (E), Maria de Laer-des Todeschini (C), Maria Regina da Costa (E), Maria Teresinha Fritzen (E), Maribel Leantina Mendes (C), Marilda Carvalho Dias (C), Moacyr Eueripides Metri (C), Natal L. de Aguiar (E), Regina R. Fernandes (C), Ricardo Miranda de Brito (C), Ronaldo Kummrow (C), Rosane F. A. Centenaro (E), Rosângela Ceberino (E), Sandra Lucia Ivanchenko (E), Siomar Goetzke (C), Sonia Maria Liston (E), Thelma Alvin Veiga Ludwig (C), Valdivino Domasio dos Santos (C), Waldir Christian Júnior (E), Zaôr Caetano (C), Pernambuco: Adailton José Epaminondas de Carvalho (C), Adalberto Antonio Varela Freire (C), Albanita de Jesus Rodrigues da Silva (E), Ana Maria Duarte de Carvalho (C), Ana Maria Marques Ferreira (E), André Luis Dantas Couto de Siqueira (E), Astênilson Maria Azevedo de Paiva (C), Carlos Fernando Rodrigues Guarani (E), Cláudio Agripino da Silva (C), David Maurice Hasset (E), Elcida de Lima Araújo (E), Élica Amara Cecília Guedes (C), Gilberto Dias Alves (C), Glauro Amaro dos Santos (E), Isa Regina do Monte Leite (E), Jarcilene Selva de Almeida (E), Jesôniaso Rafael Medeiros (C), Joa-

quim Efigênio Maria Leite (C), José Everaldo Go-
mes (E), José Ricardo Martins da Silva (C), Juraci Ro-
ma de Sena (E), Lício Brero da Silva (E), Lucélia Dias
Pereira (E), Maria das Dores Melo (C), Maria de Fátima
de Araújo Vieira Santos (E), Maria Dulce Belo Mac-
sa (E), Maria das Graças Almeida (C), Maria das Gra-
ças Veloso Marinho (E), Maria Ivette Paiva Araújo Filho
(E), Maria Ivone Lopes da Silva (E), Mario de Andrade
Lima Júnior (E), Miguel da Costa Accioly (E), Nélora Abran-
tes Gomes (E), Roseli Farias de Melo (E), Sophia Tava-
res Ferreira (E), Suezene Izidrio da Silva (C), Rio de
Janeiro: Adriana dos Santos Abreu (E), Aldo Mar-
ques de Oliveira Júnior (E), Alexandre Lauro Almeida (E); Alice S. Benzecri (C), Almir Alves Suenro (C),
Álvaro Luis Wbehndt Sacci (E), Ana Angelica Mon-
teiro de Barros (E), Ana Paula Alves de Campos Li-
ma (C), André Ferreira Martins de Andrade (C), André
L. dos S. Furtado (E), André Márcio Araújo Amaral
(E), Angélica Bittori (C), Antonio Carlos da Silva Pes-
soa (E), Ary Gomes da Silva (C), Caterina Rizzo (E),
Cintia Aparecida Pereira Costa Chamos (C), Cláudia
Petersen Jove (C), Cristina Aparecida Gomes Nassar
(C), Elera Maria de Lamado Occhiani (C), Eliane de
Lima Jacques (E), Elton Vieira de Araújo (C), Fátima
Rodrigues Costanzo (E), Fernanda Reimert Thomé
(E), Fernando Claro de Campos Júnior (C), Gilberto
Menezes Amado Filho (E), Giovanna Rizzo (E), Gise-
la Lara da Costa (E), Hugo Biagi Filho (C), João E-
mílio Fernandes Rodrigues (C), João Wenceslau de
Medeiros Filho (E), Lara da Silva Sylvestre (C), Leo-
nardo de Almeida (C), Lilian da Costa Fogaça (E), Lu-
ciene Bernardo Santos (E), Luiz Alberto Gomes Can-
cio (C), Luiz Carlos da Silva Giordano (C), Marcia Ser-
ra Ferreira (E), Márcia Sotto Mahon (E), Maria Apa-

recida Araújo dos Santos (C), Maria Célia Rohloff (E), Maria Cláudia Mibielli Kohler (E), Maria da Glória Carvalho Barreiros (E), Maria de Fátima Assumpção Sá (C), Maria de Fátima Gomes de Souza Menezes (C), Maria de Lourdes Barreto Santos (E), Maria Eugênia Toste Faria (C), Maria Isabel Matos Nogueira de Oliveira e Silva (E), Maria Manuela Matos Rueda (C), Maria Marta Moraes Leitman (C), Maria Teresa de Jesus Gama (C), Mauro Seda de Andrade (E), Miriam Barreto Soares (E), Mônica Magno Vilar (E), Rosana Conrado Lopes (E), Rosângela Ferreira Arrabal (E), Ruy José Vólta Alves (E), Silvana de Souza Alves Ferreira (E), Simone de Oliveira Naves (E), Vânia Lucia Martins Telles (E), Vera Lucia Gravinho de Paula Freitas (C); Rio Grande do Norte: Amâncio Cassiano de Brito (E), Carlos Wallace do Nascimento Moura (E); Rio Grande do Sul: Elizabeth Danilevich (E), Elisae da Silva Moraes (C), Gleici Mari Fernandes (C), Ivone Chart de Lima (C), Jonette Palma (E), Leocárcio Girardello (C), Lionel Roth (E), Lúcia Helena Leal (E), Magali Albuquerque (C), Mara Regina Ritter (C), Rosa Mara Borges da Silveira (C), Sudey Teixeira Girardello (C), Valéria Dal Pont Wagner (C), Vânia Maria de Campos Leite (C), Vergínia Melb Peron (C); Santa Catarina: Francisco Antonio da Silva Filho (C), Mercy Yareth Lopes Moreira (C), Maíke Hering de Queiroz (C); São Paulo: Alexandre Adalberto de Oliveira (E), Alexandre Bazzi (E), Ana Aparecida da Silva (E), Ana Aparecida de Oliveira (C), Ana Francisca Fernandes Correa (C), Ana Lúcia Pereira Monteiro (C), Ana Maria L. Pereira Lima (C), Ana Paula Campana Furlanetto (C), Ana Teresa Serpico (C), André Luis Tucci (C), Ângela Maria da Silva Correa (C), Anne Ligia DOKKE

dal (E), Antonio José Segala (E), Augusto Pinto (E),
Beatriz Appenzato (C), Belinda de Cássia Manfredini
(E), Carmen Silvia Fernandes Boaro (C), Carolina
Guilherme Prestes Beyradt (E), Cecília Nahamii Ka-
wagoe Sueda (E), Cilene Aparecida Sartori (), Clá-
udia Goldberg Prado (C), Claudia Regina Rodrigues
(), Claudio Granado (E), Clelia Maria Scotena (C),
Cristina Guionarães Nizinski (E), Cristiana Maria
Marques de Oliveira (), Cristiane Silveira Coppola
(E), Cristina Giacomotti (E), Daniel A. Luciani (E), Deni-
se Loechi (C), Dhendup Johannes Winiger (E), Edson
Paulo Chue (E), Edna Mansoldo (E), Eliana Borges Rivas
(E), Eliza Motiko Isejima (E), Elizabeth Alves Fer-
reira (E), Elizabeth Orika Ono (E), Elizete do Rosário
Machado (C), Emília Cristina Gimenes Elias de Sae-
za (C), Emilio Rosetti Neto (E), Erica Verônica Prado
(E), Erika Kazama (E), Evelyn de Freitas Belorque
(E), Graziela Dias de Campos Saveri (), Helena Su-
mie Otomo (E), Hermínia Augusta Veiga (C), Inácia
dos Santos Figueira (E), Ivone Amélia Ferreira (E),
Izilda Maria Faria (C), Jane Exre Gabriel (), Jef-
ferson Prado (E), Joana Darc dos Santos (E), José
Bonzani da Silva (C), José Carlos Piazza Machado
(E), José Claudio Carvalho Cardeiro (C), José Daniel
Xavier (E), Jose Marcelo Domingues Terezan (E), José
de Dães Medeiros (C), Késia Vioesda Trech (E), Lau-
ra da Penha Costa Gaieto (E), Liliana Pena Naval (E),
Lindolpho Capellari Junior (C), Livia Fernanda Agu-
yaro (C), Lucia Yoko Nagaoaka (E), Luiz Alves Rodri-
gues (C), Luiz Roberto Hernandez Bicaedo (C), Marcelo
Avedissian (E), Márcia Inês Silveira Lopes (E), Már-
cia de Oliveira Leite (), Marcos Battigaglia (), Mar-
cos Pereira Marinho Aidaz (C), Maria Amélia Vitori-
no da Cruz Barros (C), Maria Beatriz Leopardi Bos-

co Sartor (E), Maria Cecília G. Marcandes (E), Maria Cláudia Marx Yaeng (C), Maria Inês Salgueiro Luna (C), Maria Izabel Pires Serrano (E), Maria Lúcia Leoni Romero (E), Mariana Aparecida de Moraes (C), Marícia Ribeiro Dip (E), Marta Dias de Moraes (C), Marta Regina Hespanhol (E), Marta Stephan (E), Miguel Francisco de Souza Filho (E), Miriam Milaneb (E), Mônica Alonso (C), Mutue Toxota Fujii (E), Nicole Wexler (E), Olga Maria Ripinskas Russomano (C), Patricia Raquel Kharfan (), Paula Cristina Costa (E), Paulo Martins Celli (E), Phileno Pinje Filho (E), Regina de Castro Vicent (E), Rita de Cássia da S. Caserio (E), Roberta Sodré Costa Leite (E), Rosa Irassal Hi Corazza (E), Rosana Toremí Assato (E), Roseli Buzanelli Torres (C), Rosely Aparecida Santos (), Sandra Maria Caronello (E), Sandra Regina Costa Maldonado (C), Sarita Zemberkropf (E), Selma Dzinnidas Rodrigues (C), Sérgio Mestre-chammas (E), Sérgio Romaniec Neto (C), Silvana Aparecida Pires de Godoy (C), Silvia Cristina Ferreira (), Silvia Rodrigues Machado (C), Simone Alves de Lima (E), Sueli Tami Iruta (E), Sumiko Honda (C), Tania Pereira de Camargo (C), Telma Stephan (E), Tereza Cristina Gomes da Silva Marinho (C), Valéria Regina Paragassi (E), Vânia Beatriz Menhox (E), Waldete Aparecida Pisciotton (E), Wania Duleba (C); Sócios Estrangeiros: Antony Davis (C), Francisco Guillermo Rial Castillo (C), Irene Caponio (C). ELEIÇÃO DA SEDE DO XL CONGRESSO NACIONAL DE BOTÂNICA (1989). A mesa já possuía uma proposta, encaminhada à Assembleia Geral, de realizar o XL CNBOT (1989) em Mato Grosso, Universidade Federal do Mato Grosso, Departamento de Biologia, Cuiabá. Presidente: Ger-

mano Guarani Neto e Vice-Presidente: José Roberto Borges Monteiro. O Presidente da SBB comunicou-se não houvesse outra proposta, a mesma seria aprovada por aclamação. O Presidente do XL CNBOT-Goiatuba-MG fez uma manifestação convidando a todos a participarem do evento e esperava que o mesmo fosse tão bom quanto o de São Paulo, Manaus e Ouro Preto. Mais uma vez colocou que Mato Grosso estaria esperando os congressistas com o seu Cerrado seu Pantanal e a sua Mata. Dando continuidade o Presidente da SBB esclareceu como é do nosso Estatuto e Regimento a cada ano 1/3 (um terço) do nosso Conselho deve ser renovado; 1/3 (um terço) inspira agora e deve ser renovado. Estão esperando o mandato os Conselheiros que foram eleitos em 1984: William Rodrigues (AM) - Titular e Marlene Freitas da Silva (AM) - Suplente; José da Costa Sacco (RS) - Titular e Roberto Miguel Klein (SC) - Suplente e Osvaldo Viegas (AL) - Titular e Hermes Moreira Filho (PR) - Suplente. Esses Conselheiros deverão ser substituídos, portanto haverá por parte da Assembleia Geral Ordinária indicações de nomes para processar-se a votação. O Presidente do Conselho manifestou-se solicitando que a votação se desse pela substituição dos Conselheiros por Regiões. Também fez um comentário a respeito do Conselheiro Osvaldo Viegas - Maceió que estaria dentro da Região Nordeste, mas já existem Afrânio Fernandes - Ceará e Valmar Correa de Andrade - Pernambuco com um ou dois mandatos, portanto Valmar Correa de Andrade como Presidente do Conselho solicita que a Assembleia analise-se a possibilidade de colocar nos uma pessoa da Regional PR/SC, que não tem ainda representatividade. O Presidente do Conselho

pediu que esta propositura fosse colocada em votação ao Presidente da SBB. O Presidente da SBB colocou que segundo a proposta do Presidente do Conselho onde na Região Sul só existe uma representação de um único Conselheiro e que existem duas Seções Regionais - PR/SC e RS portanto passasse a ter dois Conselheiros Titulares um do RS e um do PR/SC com seus respectivos Suplentes. Quanto a Seção Regional AM, que mantenha a sua representatividade no Conselho. A mesa está aceitando propostas de nomes para compor este 1/3 (um terço) do Conselho para representarem estas três Seções Regionais. O Diretor da Seção Regional PR/SC, Raul Millen de Oliveira, concorda com a opinião do Presidente do Conselho Superior e propõe o nome de Hermes Moreira Filho para Titular e de Roberto Miguel Klein para Suplente. A Profa. Marlene Freitas da Silva, da Seção Regional AM propõe a recondução de William Rodrigues como Titular e de Marlene Freitas da Silva como Suplente. Para a Seção Regional RS foram apresentadas duas propostas: uma proposta para Titular, Hilda Maria Longhi Wagner e Suplente Lilian Auler Mentz e a outra proposta de recondução de José da Costa Sacco. Qual será o critério para a escolha do Suplente, será por chapa? Quem seria o Suplente de José da Costa Sacco? Valomar Correa de Andrade propõe uma proposta para simplificar o andamento dessa votação, sugerindo ao Presidente que coloque em votação, se o mais votado seria o Titular e o segundo mais votado seria o Suplente. Foram aprovados os nomes indicados como representantes das Seções Regionais PR/SC e AM para fazerem

parte do Conselho Superior da SBB. Foi apresentada uma proposta do Conselheiro Presidente que o primeiro mais votado seja o Titular e o segundo o Suplente, tendo-se três nomes, a votação será nominal e não por chapas, tendo em vista, a não apresentação do Suplente em uma delas. O Presidente da SBB perguntou a Hilda Maria Langhi Wagner que apresentasse a proposta em forma de chapa se quer retirar algum dos nomes. Foram então distribuídos os cédulos para a eleição dos nomes segundo a proposta de Valmar Correa de Andrade. Afrânio Fernandes comentou já que Naneza Luiza de Menezes indicasse José da Costa Sacco para Titular de terá que concorrer como Titular da outra chapa, portanto são duas chapas. Arione Luna Peixoto manifestou-se indicando Helga Winge como Suplente de José da Costa Sacco. Se há concordância da associada, então teremos duas chapas: chapa 1 com Hilda Maria Langhi Wagner e Lilian A. Mertz como Titular e Suplente respectivamente e chapa 2 com José da Costa Sacco e Helga Winge como Titular e Suplente respectivamente. O Presidente da SBB coloca em regime de votação e solicita a colaboração de Valmar Correa de Andrade, Maria Luiza Porto e Marlene Freitas da Silva para fazerem parte da Comissão de apuração dos votos. Dando, então, continuidade à ordem do dia, enquanto a Comissão reunia-se para a apuração dos votos, o Presidente passou ao item APRESENTAÇÃO DE MOÇÕES. A Segunda Secretária-Tesouraria leu a primeira moção: "Ao Governador do Estado do Rio de Janeiro e ao Sr. Prefeito do Município de Saquarema, no sentido de ser criada uma área de proteção ambiental na Restinga de Ipitangos. Moção sugerida por unanimidade dos participantes

do Simpósio Áreas de Preservação Ambiental do Brasil: "Presente e Futuro" sendo encaminhada por dezesseis sócios. Alfredo Gui Ferreira coloca em discussão a moção, não havendo nenhuma manifestação. O Presidente propôs que a moção fosse votada. Colocada em votação, a moção foi aprovada. Após, passa-se à leitura da 2ª moção: "Ao Sr. Presidente da República no sentido de que envie com a máxima urgência ao Congresso Nacional o Projeto de Lei que "dispõe sobre as unidades de conservação, e dá outras providências", Projeto este aprovado pelo CONAMA e já enviado ao Sr. Presidente em junho de 1986. Moção sugerida por unanimidade dos participantes do Simpósio Áreas de Preservação Ambiental do Brasil: "Presente e Futuro" sendo encaminhada por dezesseis sócios. O Presidente coloca em discussão a moção, não havendo nenhuma manifestação. O Presidente propôs que a moção fosse votada. Colocada em votação, a mesma foi aprovada. Passa-se à leitura da 3ª moção: "Ao Sr. Presidente da República no sentido de que seja prioritária a fiscalização das unidades de conservação do Brasil, e que para isto seja contratado e treinado adequadamente um contingente permanente. O referido contingente deverá ser suficiente para impedir a ação predatória de caçadores, desmatadores, invasores, pescadores, etc., que vem ocorrendo em todas as unidades de conservação do País. Pode-se também que os contingentes de fiscais do IBDF e SEMA sejam aumentados pela mesma razão. Moção sugerida por unanimidade dos participantes do Simpósio Áreas de Preservação Ambiental do Brasil: "Presente e Futuro" sendo encaminhada por quinze sócios. Alfredo Gui

Ferreira coloca em discussão a moção, não havendo nenhuma manifestação o Presidente propôs que a moção fosse votada. Colocada em votação, a moção foi aprovada. O Presidente interrompe a sessão para que o Presidente do Conselho apresentasse os resultados da votação para compor 1/3 (um terço) do Conselho Superior para representar a Seção Regional RS. O resultado da apuração foi anunciado pelo Presidente onde foi reeleito José da Costa Sarcó, Suplente Helga Winge com 91 votos contra 51 votos da Chapa 1. A seguir, foi lida a 4ª moção: "Ao Governador eleito do Estado do Rio Grande do Sul, no sentido de providenciar a proteção e fiscalização dos Parques Estaduais I, II e III - Linha Sigrista no Município de Ronda Alta. Moção sugerida por unanimidade dos participantes do Simpósio Áreas de Preservação Ambiental do Brasil: Presente e Futuro", sendo signatários treze sócios. O Presidente coloca em discussão a moção Como ninguém se manifesta, foi colocada em votação e aprovada. Dando seguimento, foi lida a 5ª moção: "À Presidência do Senado Federal e à Câmara dos Deputados no sentido de uma fiscalização mais rigorosa e urgente sobre a exploração dos recursos naturais renováveis, obrigando um prévio estudo dos impactos ambientais e um claro planejamento que permita a preservação de parte dos recursos. Moção sugerida por unanimidade dos participantes do Simpósio Áreas de Preservação Ambiental do Brasil: Presente e Futuro", sendo assinada por quinze sócios. O Presidente coloca em discussão a moção, não havendo nenhuma manifestação o Presidente propôs que a moção fosse votada. Colocada em votação a moção foi aprovada. Foi apresentada a 6ª moção: "Ao Go-

vereador do Estado de São Paulo, André Franco
Montoro e ao Futuro Governador Orestes Quêrcia,
no sentido de que a alteração da vinculação do Ins-
tituto Florestal à Secretaria do Meio Ambiente não
implique em qualquer alteração na sua atual estru-
tura administrativa e nos seus objetivos científicos
e suas atividades de manutenção. Moção sugerida
por unanimidade dos participantes do Simpósio
"Áreas de Preservação Ambiental do Brasil: Presen-
te e Futuro", sendo signatários treze sócios. O Presi-
dente colocou a moção em discussão. Sônia gostaria
de saber daqueles que assinaram esta moção se e-
xiste qualquer definição ou manifestação oficial de
passagem da Instituição para uma outra Secreta-
ria, ela está se dirigindo a qualquer um dos as-
sintantes da moção. Alexandre da Silva comenta
que antes ninguém sabia explicar isto. Sônia comen-
ta que esta é a questão, se ninguém sabe explicar
se vai haver esta passagem ou não, fazer um pedido
para na passagem não alterar a estrutura, signifi-
fica de antemão uma aceitação da passagem. Eu
acho que não sei se esta é a intenção de quem fez
a moção ou se seria essa a intenção de que haja
a passagem e que seja assim, é muito difícil de
saber. Naneza Luiza de Menezes coloca que existe
uma possibilidade de passagem, que existe, existe
porque se está se cogitando, então a moção está
clara, se passar que não mude a estrutura, mante-
nha-se como está. Fazendo a moção estamos dan-
do garantias aqueles que querem, se passar, que
não mude a sua estrutura. Sônia pergunta a quem
seria encaminhada a moção, porque se for encami-
nhada imediatamente ao Orestes Quêrcia pode pare-
cer que já é uma aceitação de que deve passar.

Sônia acha perigoso, se a intenção é não passar. Alguém da plateia se manifesta cobrando que ontem durante o Simpósio, ficasse claro, que não haviam direções quanto a uma possível passagem do Instituto Florestal para a Secretaria do Meio Ambiente, o que se é contra é que haja qualquer divisão ou mudança na estrutura atual do Instituto Florestal; então a moção foi proposta no sentido de evitar que haja qualquer desdobramento. O Presidente coloca novamente em discussão a moção. Como mais ninguém se manifesta, foi colocada em votação e aprovada com 11 votos contrários. Antonio Batista comenta que se desiste da votação por não trabalhar em São Paulo, portanto não está envolvido com o problema e comenta que deveria ser uma votação simplesmente do pessoal que trabalha em São Paulo e que estão intimamente envolvidos com o problema. Adalberto fez as suas palavras às da Sônia, mas em relação ao processo de votação de sugerir, uma vez que, a questão ainda não foi bem discutida e em todo quanto problemática, que em cada alternativa da votação da moção fosse feita a votação. Alguém da plateia se manifesta alegando que se tratando de um Congresso Nacional os temas a serem submetidos à Assembleia, devam ser de caráter nacional, se for de caráter regional, que fique para a futura oportunidade. Outro associado se manifesta sugerindo que fosse colocada em votação, se rejeitar os votos de não e não simplesmente aceitar a proposta, como voto. O Presidente da SBB após as manifestações recobra em regime de votação prevendo a votação anterior, uma vez que, não estava suficientemente esclarecida, então aqueles que são contra a proposta, a moção, por favor, levantem a mão. A proposta foi rejeitada, tendo trinta e três vo-

tos contrários, vinte e seis favoráveis e quarenta e cinco abstenções. Após passar-se à leitura da 7ª. moção: "Aos Governadores eleitos de Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Rio Grande do Sul, no sentido de oferecerem todo o apoio aos trabalhos de tombamento e preservação da Serra costeira em toda a sua extensão nos respectivos Estados. Moção sugerida por unanimidade dos participantes do Simpósio Áreas de Preservação Ambiental do Brasil: Presente e Futuro" sendo signatários quinze sócios. O Vice-Presidente coloca a moção em discussão. O Vice-Presidente comenta a preocupação de Gilberto Padrali de incluir nesta proposta o Estado do Rio Grande do Sul; o autor principal é Hermógenes de Freitas Leitão Filho, como não estava presente, o Vice-Presidente pergunta para a Assembleia se haveria problema na inclusão do Estado do Rio Grande do Sul junto a esta proposta. A Assembleia aprova a inclusão do Estado do Rio Grande do Sul. Mas, alguém da plateia se manifesta alegando que está se discutindo uma moção, isso destina-se apenas a salvaguarda futura de todos nós. Cercá-la ou ampliá-la não cabe, aprovar ou rejeitar. O Rio Grande do Sul seria objeto de outra moção, aditiva, porque não se pode mexer em uma proposição de alguém. Ariane Luna Peixoto comenta que essa proposta está assinada por mais que quinze sócios, entre os quais, ela assina a proposta, Alexandre e várias outras pessoas aqui presentes, então acha desnecessário a presença de Hermógenes de Freitas Leitão Filho, que não pode comparecer, para se fazer uma alteração na proposta. Portanto, o Rio Grande do Sul pode ser incluído na proposta e comenta que foi um lapso de não tê-lo

incluído, porque tinha sido apenas excluído o Estado de São Paulo, uma vez que, já tem a Mata Atlântica tombada. Ariane Leira Peixoto propôs consultar aos demais que assinaram a proposta que seja incluído o Rio Grande do Sul. O Vice-Presidente leu novamente a proposta para que todos fossem cientes com a inclusão do Estado do Rio Grande do Sul. Como mais ninguém se manifestou, foi colocada em votação e aprovada. Dando continuidade foi lida a 8a. moção: # 1 - "Solicitação às Instituições que possuem herbário em seu patrimônio para que destinem verbas específicas para organização, ampliação, conservação, intercâmbio de coleções e pessoal de apoio, salientando a importância destas coleções para a comunidade e que se comprometam a cumprir esta solicitação"; 2 - "Para que reivindiquem taxa de insalubridade para funcionários e pesquisadores que desenvolvem atividades ligadas a manutenção, conservação de plantas herborizadas"; 3 - "Realizar uma reunião de curadores de Herbários Brasileiros com a colaboração da Sociedade Botânica do Brasil junto as instituições financiadoras para discutir as técnicas de manutenção e conservação de coleções científicas com a participação de representantes destas instituições, procurando padronizar as mesmas a nível nacional" e 4 - "Procurar sensibilizar as instituições financiadoras de pesquisas sobre a importância das coleções botânicas depositadas nos pequenos e grandes herbários, no sentido de que apresentem possibilidade de financiamento tanto para a manutenção e conservação das coleções, como na remuneração do pessoal de apoio, esta proposta foi aprovada no II Encontro Nacional de Curadores de Herbários", sendo signatários dezesseis sócios. O Vice-Pre-

Presidente coloca a moção em discussão. Como ninguém se manifesta, foi colocada em votação. Alguém da plateia pede que fosse lido o primeiro item. Outro associado coloca que o primeiro item está sendo dirigido às Instituições que possuem Herbários e que os demais às Agências Financiadoras de Pesquisa. O Vice-Presidente coloca que na moção não está expressa. O Vice-Presidente pede que o autor desta moção retirasse da mesa para reformulá-la e após voltar para a votação. Como ninguém retira a moção, passa-se à leitura da 9ª moção: "Que sejam tomadas providências no sentido de: 1 - Isentar do pagamento do Imposto de Renda os remessas de ~~moeda estrangeira~~ às Sociedades que editam periódicos científicos; 2 - Obter tarifas bancárias reduzidas para tais remessas. Atualmente as remessas pagam 33% de Imposto de Renda e 10 a 30 dólares por remessa. Atuar junto ao Banco Central. O CNPq poderia auxiliar o Banco Central fornecendo a 'lista das Sociedades que editam revistas científicas', sendo signatários treze sócios. O Vice-Presidente coloca em discussão a moção, como ninguém se manifesta, foi colocada em votação e aprovada. Foi apresentada a 10ª moção: "Solicitar ao CNPq que forneça recursos financeiros e humanos para avaliar e recuperar os muitos dados já registrados em planilhas pelo Programa Flora, contidos no Banco de Dados do LNCC - CNPq, e torná-los acessíveis à comunidade científica", sendo signatários treze sócios. O Vice-Presidente coloca a moção em discussão. Como ninguém se manifesta, foi colocada em votação e aprovada. A seguir, lida-se a 11ª moção: "Encaminhar à SEMA e CNPq correspondência solicitando maiores esclarecimentos no to-

contar à participação de pesquisadores brasileiros (quem vai e quais os critérios para escolha) no Projeto Maracá em Roraima, com patrocínio da Royal Geographical Society da Grã-Bretanha. Solicitar ainda, que sejam enviados estudantes e pesquisadores ligados às seguintes áreas a serem abrangidas pelo referido projeto: levantamento ecológico, regeneração florestal, solos e hidrologia. A SBB se colocaria à disposição da SEMA e do CNPq para sugerir nomes de pesquisadores atuantes nestas áreas para participação no referido Projeto", sendo assinada por treze sócios. O Vice-Presidente coloca em discussão a moção. Como ninguém se manifestou, foi colocada em votação e aprovada. Continua-se lendo a 12a. moção: "Que o Parque Natural do Caracó - MG seja oficializado como Reserva e que o Governo Federal realmente o assumira como tal. 1 - O convênio entre o IBDF e a Congregação religiosa. (donos do Caracó) foi rompido por falta de verba. O Parque do Caracó constitui numa Reserva importante de tipos de vegetação e importante no sentido de contribuir com os estudos de florística, para o entendimento dos padrões de distribuição das plantas ocorrentes nos campos representes da região e a sua correlação com outros tipos de Vegetação da América do Sul. Por outro lado a área em questão, no que toca à formação florestal, trata-se de área de contato entre a floresta da Serra do Mar e a floresta ocorrente no interior do estado e que, sem dúvida, são vias de migração de espécies florestais; 2 - O local é explorado turisticamente pela Congregação e recebe constantemente (feriados e fins de semana) a visita de numerosas pessoas, houve domingo de ter 60 ônibus até em excursão; 3 - O processo de oficialização, segundo informações de funcionários do IBDF, já está em "andamento" em Brasília", sendo assinada.

por quatorze sócios. O Vice-Presidente cobra em discussão a moção. Como ninguém se manifestou, foi colocada em votação e aprovada. A seguir, a 13ª. moção: "Considerando a importância Ecológica da Reserva Ecológica do IBGE que constitui a maior bem preservada área (1.300 Hectares) de cerrado do DF, possuindo amostras representativas dos principais tipos de ecossistemas do Planalto Central e uma rica biota que inclui mais de 250 espécies de aves e cerca de 1.200 espécies de plantas superiores, além de numerosas espécies raras, endêmicas e ameaçadas de extinção". "Considerando que esta área foi declarada de preservação permanente por resolução da presidência do IBGE e recentemente incluída na zona de vida silvestre da área de proteção ambiental das bacias Gama e Cabeça de Veado por decreto do Governador do DF", "Considerando o interesse de diversos órgãos, em especial a UnB, que já encaminhou proposta formal em absorver o DERPE com todo o seu patrimônio físico e técnico e a Reserva e dar continuidade as pesquisas em andamento, levando em consideração que a reforma administrativa do IBGE decidiu descontinuar as pesquisas na área de ecologia do âmbito do IBGE, desativando o DERPE e se desfazendo da Reserva Ecológica do IBGE". Recomendar ao Sr. Presidente da Fundação IBGE que seja definida a posição do IBGE com relação a Reserva no que se refere ao futuro de sua área física, das linhas de pesquisa, dos coleções científicas, dos pesquisadores e do quadro técnico do Departamento Regional de Pesquisas Ecológicas", sendo assinada por treze sócios. O Vice-Presidente cobra em discussão a moção. Como ninguém se manifestou, foi colocada em

951
deliberação e aprovada. Foi feita à leitura da 14a. moção:
"Ela é dirigida ao Vice-Presidente da CVRD, Dr. Agri-
ano Abranches Vianna; "Solicitar a instalação definitiva
da infraestrutura básica pela Companhia Vale do Rio
Doce, fornecendo condições ao desenvolvimento de pes-
quisas junto às equipes interdisciplinares para todas as
áreas da ciência; com a finalidade de receber pesqui-
sadores dentro da região de mineração Carajás. Es-
tas instalações devem ser gerenciadas pelo CNPq ou ou-
tras instituições ligadas à preservação ambiental, co-
mo por exemplo a World Wildlife Foundation. Tal in-
fraestrutura deverá conter principalmente: laborató-
rios completamente equipados, condições para alojamento
dentro da área, alojamentos e alimentação. A exemplo
do excelente trabalho que tem sido desenvolvido por
esta empresa no núcleo embrionário de sua Reserva
em Linhares - ES." "Legalização de áreas destinadas
à reservas ecológicas, dentro da região do Projeto
de Mineração Carajás (Pará), preferencialmente às á-
reas de vegetação sobre o minério de Ferro, Manganês,
Cobre, Níquel etc; previamente cartografadas pelos
grupos GEAMAM e CIMAS - pertencentes à Compa-
nhia Vale do Rio Doce". "Recuperação das áreas degra-
dadas dentro do Projeto de Mineração Carajás, e repo-
voamento com vegetação autóctone, preferencialmente
subsidiados por resultados de levantamentos já existen-
tes da flora e da fauna local, sendo vinculadas às institui-
ções de pesquisa como o Museu Goeldi, ou outras",
sendo assinada por dezessete sócios. O Vice-Presidente
colocou em discussão a moção. Como ninguém se ma-
nifestou, foi colocada em votação e aprovada. Continuou
se lendo a 15a. moção: "Os abaixo assinados pro-
põem que a SBB manifeste o seu apoio à Prefeitura
Municipal de Pirenópolis - Goiás pela criação do

Parque da Serra dos Pirineus -GO" sendo assinada por onze sócios. O Vice-Presidente coloca em discussão a moção. Como ninguém se manifesta, foi colocada em votação e aprovada. Após, passa-se à leitura da 1ba. moção: "Propomos a criação pela SBB de uma comissão para elaborar uma estratégia de ação tendo em vista subsidiar os Deputados Constituintes no que diz respeito ao Meio Ambiente. A Comissão terá a função de promover e divulgar debates pertinentes ao assunto, bem como auxiliar a mobilizar a opinião pública, através de artigos, entrevistas, informes, denúncias de agressão ao Meio Ambiente, etc." sendo assinada por treze sócios. O Vice-Presidente coloca em discussão a moção. Nelson Guilietti -SP explica que na Mesa-Redonda Constituinte e Meio Ambiente com a presença do Deputado eleito Fábio Feldmann, ele comenta que era o único Deputado Constituinte ligado neste assunto Meio Ambiente, onde tem defendido e trabalhado por ele. O Congresso Constituinte é quase todo constituído de representantes do poder econômico de grupos e empresas, esse assunto do Meio Ambiente é muito importante e a opinião pública não está formada a esse respeito, então discute-se na Mesa-Redonda que a primeira seria de informar a opinião pública e se tivesse uma atuação na Constituinte. Ângela Maria Studart da Fonseca Vaz lembra que no ano passado já se criou uma Comissão de Meio Ambiente, que não era com esse propósito, mas de assessorar as questões de Meio Ambiente junto a WWF e a outros organismos. Portanto, não seria o caso de ampliar o objetivo daquela outra Comissão? Afrânio Gomes Fernandes solicita aos as-

952
santes dessa proposição, embora haja uma Secretaria do Meio Ambiente, seria preferível tirar a palavra Meio Ambiente ficando apenas Ambiente. Como mais ninguém se manifestou, o Vice-Presidente colocou a resolução em regime de votação e foi aprovada. A seguir, passou-se ao retorno da 8ª sessão que foi lida novamente: 1º - "Solicitação às Instituições que possuem Herbário em seu patrimônio para que destinem verbas específicas para organização, ampliação, conservação, intercâmbio de coleções e pessoal de apoio, salientando a importância destas coleções para a comunidade e que se comprometam a cumprir esta solicitação"; 2º - "Para que reinvindicam taxa de insalubridade para funcionários e pesquisadores que desenvolvem atividades ligadas a manutenção, conservação de plantas herbarizadas"; 3º - "Realizar uma Reunião de Curadores de Herbários Brasileiros com a colaboração da Sociedade Botânica do Brasil junto às Instituições Financiadoras para discutir as técnicas de manutenção e conservação de Coleções Científicas, com a participação de representantes destas Instituições, procurando padronizar os mesmos à nível nacional" e 4º - "Procurar sensibilizar as Instituições Financiadoras de Pesquisas sobre a importância das Coleções Botânicas depositadas nos pequenos e grandes herbários, no sentido de que, aumentem possibilidade de financiamento, tanto para a manutenção e conservação das coleções, como na remuneração do pessoal de apoio"; "Proposta do II Encontro Nacional de Curadores de Herbário" sendo assinado por dezessete sócios. O Vice-Presidente colocou novamente em discussão a resolução, como ninguém se manifestou foi colocada em votação e aprovada. Dando continuidade a Assembleia passou-se ao item OUTROS ASSUNTOS. Fernando Cardoso da Sil-

va (EMBRAPA, Ceritiba) gostaria de entender o encaminhamento dessas moções e saber das moções dos Congressos anteriores. Tomando solicite à mesa que prestasse alguns esclarecimentos com relação as moções encaminhadas nos Congressos anteriores. O Vice-Presidente solicita a Assembleia que continue-se a agenda, enquanto que a Secretária providencia-se a obtenção da pasta; se isto fosse aceito pela Assembleia, ela procuraria a pasta das moções do(s) ano(s) passado(s) e relataria nos, as mesmas, na própria Assembleia. A Assembleia concorda e passa-se ao item CRIAÇÃO DA SEÇÃO REGIONAL BELÉM. A colega Alba esteve na mesa informando que não seria possível a instalação desta Seção Regional no Congresso, porque não teria o número suficiente de sócios feitos com a Tesouraria. Esta Seção Regional será criada no XXXIX Congresso Nacional de Botânica (1988), em Belém. Tendo continuidade passa-se ao outro item ELEIÇÃO PARA ALTERAÇÃO DO COMITÊ DO CNPq - Foi solicitada à Assembleia que prestasse muita atenção na indicação dos nomes a serem votados pela mesma. Háve uma pesquisa enviada as Seções Regionais, onde sugerissem nomes para fazer parte do Comitê; as Seções Regionais PR/SC, PE, RS, RJ e SP enviaram a Diretoria da Sociedade Botânica do Brasil vários nomes como prováveis membros do Comitê do CNPq. Os outros Estados que não estão aqui representados, também poderiam sugerir nomes para fazer parte. O Vice-Presidente pergunta se alguém de algum Estado gostaria de sugerir algum nome? O Vice-Presidente faz a leitura dos nomes já propostos pelas Seções Regionais respectivamente: PR/SC - Armando Carlos Cerri; PE - Sônia Maria Barreto

955
Doreira, Alfredo Guei Ferreira e Ana Maria Giulietti; RS - Alfredo Guei Ferreira, Carlos Eduardo de Mattos Bicudo e Sônia Machado de Campos Dietrich; RJ - Maria da Conceição Valente e Cecília Gonalves Costa e SP - Sônia Machado de Campos Dietrich, Ana Maria Giulietti e Alfredo Guei Ferreira. O Vice-Presidente pergunta se a Assembleia sugeriria um outro nome? O Vice-Presidente esclarece que a lista deve ser triplíce. Lá se gostaria de saber se esses nomes eram para refazer a lista, ou para preencher os nomes que devem ser renovados. O Vice-Presidente esclarece que são para renovação, a Sociedade Botânica do Brasil sugeriria três nomes para ocupar a vaga que deve ser em substituição a da Naneza Luiza de Menezes; o CNPq terá a liberdade de escolher um nome da lista triplíce enviada pela Sociedade Botânica do Brasil. Raul Milken de Oliveira esclarece que no Comitê Assessor do CNPq, na área da Botânica existem dois nomes, um deles é renovável e o outro é irrenovável que é o da Naneza Luiza de Menezes, porque já conclui o período dela. O CNPq consulta as Entidades Científicas, no caso a Sociedade Botânica do Brasil e aos Cursos de Pós-Graduação que indicassem três nomes. O Paraná/Santa Catarina se manifesta indicando os nomes de Armando Carlos Cerui, Carlos Eduardo de Mattos Bicudo e Alfredo Guei Ferreira. O Vice-Presidente coloca que há uma proposta, ainda, de inclusão do nome de Dorothy Sue Denn de Araújo para o Rio de Janeiro. Foi sugerido para alguém da Assembleia o nome de Hermes Moreira Filho para o Paraná/Santa Catarina. A mesa propôs a votação. Lá se gostaria de saber quem Naneza Luiza de Menezes propôs para Paraná/Santa Catarina - Hermes Moreira Filho. Dora Romariz sugere que se apague os nomes repetidos para facilitar a leitura por parte dos

membros da Assembleia. A mesa propôs que votem em um único nome, os três mais votados serão os sugeridos para compor o Comitê do CNPq. Raul Milten de Oliveira participou que a Seção Regional PR/SC, foi consultada por um ofício da SBB que indicasse um nome, porque até o momento não sabia que era uma lista triíplice, então foi indicado Arnanado Carlos Carvi, enquanto que Hermes Moreira Filho seria indicado para o Conselho Superior, mas declinará para o CNPq. José da Costa Sacco referiu-se quanto a mecânica de votação. Não lhe pareceu que a melhor forma, quando se organiza uma lista triíplice, cada um de nós votar em apenas um único nome, porque cada um, individualmente, tem o direito de indicar três nomes, então, cada um indicaria uma das formas de três nomes, assim sabermos quais dos três nomes são os mais votados de então, teremos que fazer uma votação em três turnos, porque do contrário poderemos ficar sem uma maior representatividade. José da Costa Sacco sugeriu que cada um vote em três nomes, a partir daí teremos uma maior concentração de votos, onde os três mais votados teriam uma representatividade mesmo de, então, se é para votar em um só nome, primeiro votar em um, depois todo mundo votaria em mais um e depois todo mundo votaria em mais um, eliminando aquele que já foi, mas uma forma mais simples e mais rápida seria se cada um votasse em três nomes. Alguém da plateia sugeriu que se vote em um único nome, os três mais votados seriam os sugeridos, porque se votássemos em três nomes cada um, na hora de computarmos além do trabalho gastaríamos muito mais tempo. A mesa argumentou que existem duas propostas: uma, que se vote

em apenas um único nome e uma outra, que se vote
em três nomes. O Vice-Presidente cobra em votação,
Aprovada a proposta com o voto de três nomes. A se-
guir, passa-se ao regime de votação. Sônia pede à
mesa que esclarecesse aos membros da Assembleia,
que foi aprovada a eleição de três nomes para compor
o Comitê do CNPq. O Presidente esclareceu que teve
que se ausentar por alguns momentos e enquanto se
processa a votação o Presidente refere-se que houve
por parte de um dos membros da Assembleia o pedido
de saber o que houve com as eleições dos Congressos
anteriores. O Presidente esclarece que os mesmos en-
contram-se na pasta de correspondência expedida e
que estão à disposição na mesa, a quem quiser veri-
ficar o seu encaminhamento. O Presidente convida José
da Costa Sacco, Alcides Teixeira e Paul Miller de Oli-
veira para fazerem parte da Comissão de apuração
dos votos. O Presidente sugere que enquanto a Comis-
são fazia a apuração dos votos, daríamos continuidade
de a sessão; esclarece que o Comitê de Zoologia na
verdade é constituído de seis pessoas: dois da área
zoológica, dois da ecologia proveniente com da área
de zoologia e o outro da botânica, então um da área da
botânica deverá ser substituído ao outro poderá ser
reconduzido, por informação pessoal ao CNPq que não
tem interesse. O Presidente consulta os membros da
Assembleia se não seria interessante indicar duas lis-
tas triplíceis, uma mais direcionada para a área de bo-
tânica e a outra para a da ecologia, a fim de que as
sociedades se manifestem. Existem duas maneiras de
se manifestarem junto ao CNPq: uma, através das
Associações Científicas e a outra, através dos Cursos
de Pós-Graduação; se não só os Cursos de Pós-Gra-
duação em Ecologia que são em torno de meia dúzia

ria, e que indicará o outro membro de formação botânica e aqui há vários Eco-botânicos. O Presidente ainda esclarece que não foi feita uma consulta prévia, porque ficou se sabendo durante o Congresso. O Presidente colocou em votação se fazemos uma outra lista triplre para a área de Ecologia Vegetal, foi aprovada, portanto à mesa está recebendo a indicação de nomes para fazerem parte deste Comitê. Prosseguindo os assuntos esta nova eleição será feita logo após o resultado da indicação da lista triplre para compor o Comitê do CNPq na área de Botânica. Portanto, o próximo item será a INDICAÇÃO DE UMA COMISSÃO PARA ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA SBB - O Presidente esclarece que foi o que ele colocou bem no início da Assembleia; em que a Diretoria, embora fosse matéria deliberada em Ouro Preto, não se sentiu em condições de fazer este anteprojeto e então entendeu o Conselho que esse assunto poderia ser tratado, tendo em vista, que é apenas a indicação de uma Comissão nesta Assembleia Geral Ordinária. Portanto, a sugestão é que indiquemos três pessoas para fazer parte da Comissão. O Presidente do Conselho, Valmar Correa de Andrade argumenta que para fazer parte desta Comissão terão que ser pessoas que estão acostumadas a trabalhar com esse Estatuto e que conheçam muito bem os mesmos. Valmar Correa de Andrade comenta que Alcides Teixeira é um excelente conhecedor dos Estatutos de nossa Sociedade e que trabalha em cima da confecção do mesmo, outro exemplo, é José Ângelo Rizzo que também trabalha na confecção deste Estatuto. Portanto, quando chegarmos o momento de escolher esta Comissão saibamos que vamos escolher

833
pessoas que estão acostumadas a trabalhar na confecção e que conheçam bem o atual Estatuto. Por exemplo, Valmar Correa de Andrade comenta que apesar de manusear o Estatuto não se colocaria na posição de refazer a alteração do mesmo. Fernando complementa o que Valmar Correa de Andrade disse referindo-se a necessidade de haver uma sucessão dentro da Sociedade Botânica do Brasil, que haja, por exemplo, pessoas novas que possam aprender e entender a questão do Estatuto, fazendo com que a Sociedade cresça a cada momento, portanto a Comissão deve ser bem planejada. Nelson Giulietti - São Paulo gostaria de perguntar se a Comissão elaboraria um anti projeto e depois seria enviado a todos os associados para estudarem esse anti projeto, se seriam enviadas novas propostas para a melhoria deste, enfim como seria a dinâmica da Comissão. O Presidente esclarece que secretando esta Comissão se daria um prazo para o trabalho de receber sugestões e de agrupar as mesmas, porque depois poderiam ser enviadas aos associados; talvez seja um pouco difícil, mesmo encaminhando através das Seções Regionais, mas ficariam em prejuízo aqueles Estados que não possuem suas Seções Regionais; poderiamos enviar as Instituições que possuíssem um número representativo de botânicos, embora ainda não exista a Seção Regional, enfim, talvez isto seja factível se a Comissão juntasse todas as sugestões recebidas e trabalhadas elaborasse o anti projeto e incluía na pasta do Congresso, em Belém, por ocasião da inscrição; os associados teriam um ou dois dias para lê-lo e fazer a sua aprovação na Assembleia Geral Ordinária. As sugestões poderiam ser enviadas à Diretoria da SBB e

diretamente à Comissão. Maria Estefânia A. Aquila comenta que em vez de se formar uma Comissão agora, porque os próprios Diretores das Seções Regionais não se encarregariam de fazer o estudo desses Estatutos e de encaminhar as sugestões, por exemplo, para as regiões que não tem Seções Regionais poderiam se encarregar alguma Instituição onde tivesse um grupo bem representativo; estes se encarregariam de fazer o estudo e o encaminhamento das sugestões. O Presidente salienta que, em parte, já houve algum retorno das Seções Regionais, mas há muita coisa que fica à descoberto por isto, daí haver uma Comissão, o trabalho poderá ser realizado através das Seções Regionais na coleta de sugestões, mas é mais pensável que se crie uma Comissão. O Presidente coloca que existem duas propostas: uma, que se seja criada a Comissão e que a mesma esteja sugerindo que seja formada por três membros e a outra, que seja feita das Seções Regionais. O Presidente pergunta a Maria Estefânia A. Aquila se mantêm a proposta, ela concorda que a Comissão de três membros é mais prática. O Presidente coloca a proposta em regime de votação, foi aprovada. O Presidente do Conselho Superior sugeriu nominalmente Alcides Teixeira e José Angelo Rizzo. Alguém da plateia sugeriu os nomes de Nelson Giuletto, Alcides Teixeira e José Angelo Rizzo. Honório Monteiro propôs Jorge Ernesto de Araújo Mariath. O Presidente suspende a Assembleia por dois minutos, tendo em vista, que existem dois assuntos em suspenso. Irenice divulga que no outro dia às 11:00 horas no Estado do Pará receberiam os cobalços que quizessem dar sugestões de palestras, conje

090

rências, para o próximo Congresso no Pará. As sugestões que forem viáveis constarão da programação do evento. A Comissão de apuração dos votos informa que está pronta para a divulgação do resultado. O Presidente suspende a Assembleia por cinco minutos. O Presidente divulga o resultado da votação para a indicação da lista triplíce para compor o Comitê Assessor do CNPq, área botânica, por ordem: Armando Carlos Corvi - 74 votos, Ana Maria Carulietti - 49 votos e Sônia Machado de Campos Dietrich - 35 votos. O Presidente esclarece que já possui o Currículo Vitae, enviado pela Seção Regional PR/SC do colega Armando Carlos Corvi, portanto solicita o Currículo dos outros dois membros indicados, que entregassem até o final do Congresso ou que enviassem o mais breve possível para poderemos encaminhá-lo o quanto antes esta listagem ao CNPq, acompanhada dos respectivos Currículos. A seguir, dá-se continuidade a decisão tomada anteriormente que seria a indicação de uma lista triplíce para ocupar uma vaga na área de Ecologia Vegetal do Comitê Assessor do CNPq. Já haviam sido indicados os nomes de Dorothy See Denn de Araújo, Maria Luíza Brito, Carlos Joly e Mari Ko Meguro; os outros indicados foram: Everardo Sampaio e Roberto Miguel Klein. O Presidente esclarece a José da Costa Sacco a indicação de duas listas triplíce, uma para a área da Botânica e a outra para a área de Ecologia Vegetal no Comitê do CNPq. Maria Luíza Loncheister deixa registrado o seu protesto e dos demais que deixaram de continuar a assistir a Assembleia por falta de condução. O Presidente consultou a Presidente do Congresso se não havia sido providenciado condução até mais tarde. Naneza Luíza de Meneses se mani-

festas comemorando que existe ônibus até às 23:00 horas na Cidade Universitária. José da Costa Sacco coloca que a Sociedade Botânica do Brasil foi solicitada a encaminhar três nomes para a área de Botânica; se indicarmos mais três nomes para a área de Ecologia, teremos que ter o cuidado de indicarmos pessoas que estejam quase 100% relacionados com a área de Ecologia. José da Costa Sacco revela que o fato da Assembleia durar seis horas, até o momento, estamos com cinco horas de duração, portanto, se a Assembleia começasse às 14:00 horas teríamos uma previsão de duração até às 20:00 horas. O Presidente coloca que houve um erro de cálculo. O Presidente declara que em relação a colocação de José da Costa Sacco, certas áreas ficaram a descoberto no CNPq como foi o que ocorreu na área de Fisiologia, onde haviam dois membros da mesma área. O CNPq está preocupado, em que pessoas diferentes possam ocupar as mais diversas áreas. O Presidente justifica a inclusão do nome, tendo em vista, a sua atuação em germinação; desenvolvimento ambiental, com stress ambiental sobre plantas é uma área de Ecofisiologia. Se a Assembleia entender que a indicação deve ser retirada, coloca a apreciação da Assembleia. Arrane Luna Bixoto comenta que realmente é uma preocupação e que já foi discutido com a área de Fisiologia, na lista elaborada para a Botânica foi sanada, porque foi colocado o nome de Sônia Bloch de Campos Dietrich. O Presidente alega que uma Comissão é independente da ordem. O Presidente sugere que se usa-se o mesmo critério, se seja, que fosse indicado três nomes para se processar a votação. O Presidente do Congresso anuncia

que osônibus ficariam à disposição até o final da Assembleia. O Presidente divulga que a Assembleia sugeriu que a mesma Comissão fizesse também a apuração dos votos para a área de Ecologia. Pedrini propôs que após essa votação também fosse indicado nomes para o Comitê de Zoologia. O Presidente coloca que para esse Comitê não nos cabe a indicação. Armando Carlos Cerri solicita à Presidência da Sociedade Botânica do Brasil que enviasse o quanto antes a lista ao CNPq, porque tinha obtido informações de que nos dias onze e doze o Conselho Superior do CNPq iria se reunir para substituir a vaga de Nairza Luiza de Moraes. O Presidente salienta que essa era a sua preocupação e que já havia solicitado os respectivos Currículos para serem enviados com a maior brevidade para o CNPq. O Presidente dá continuidade aos assuntos referindo-se a uma moção que resultou do Congresso de Ouro Preto sobre a Comissão de ~~conservação~~ de trabalhos conservacionistas relativos à flora, em que a Diretoria da Seção Regional RJ encaminha à Diretoria da SBB os cinco nomes indicados pelos sócios, para constituírem a Comissão. O Presidente comenta que a Diretoria da SBB entende que a moção não seria tão orgânica se fosse de nível nacional, com cada membro de um local; assim, solicita as Seções Regionais que ao seu nível escolham a Comissão, porque como os problemas ocorrem em uma determinada região caberia às Seções Regionais que lutassem o problema. Poderiam ser apresentados sob formas de moções ou de resoluções regionalizadas se a Diretoria da SBB pudesse entrar em contato com as autoridades para dar reforço à atuação local. A moção que foi aprovada na Ata, fica em pleno funcionamento, depois de mais bem

passada. O Presidente pergunta se alguém gostaria de fazer algum comentário sobre a atitude tomada ante a Direção da SBB e das Seções Regionais. Se o sócio tiver informação de algo que fira questões ambientais, principalmente ligadas à área de botânica, deverá dirigir-se à sua Seção Regional, onde não houver, poderá dirigir-se à nacional para avaliar o procedimento a ser tomado. Resumidamente foram eleitos por aclamação Lídio Coradim, Maria Aparecida Zurlo e Eliana Nogueira para formarem a Comissão do Meio Ambiente referente a Iba, moção. A Assembleia foi suspensa e logo após foi aberta novamente no mesmo local e tendo como participantes a Diretoria da SBB, Secretário Representante e Sônia Machado de Campos Dietrich. Valmar Correa de Andrade apresenta e lê as comunicações primeiro referente a eleição do Presidente e Vice-Presidente do Conselho Superior, que segue: "Comunicamos a V.Sa. que em reunião deste Conselho realizada no dia 29 de janeiro do corrente ano, realizaram-se eleições para Presidente e Vice-Presidente, tendo sido eleito o Conselheiro Afrânio Gomes Fernandes para Presidente e o Conselheiro Manuel Louzada Cavilanes para Vice-Presidente; e segundo referente a leitura do Parecer da Prestação de Contas da Seção Regional MG, BA, ES que após esclarecimentos foi aprovada. O Secretário Representante apresenta uma agenda para a reunião com os seguintes assuntos: Projeto Flora Linhas de Ação do CNPq e Programa Nacional de Botânica. Item 1: Continuidade ou não do Projeto Flora. Foi aprovada a proposta onde recomenda-se o estudo para uma reformulação e reativação do Programa Flora do CNPq, devido a Sociedade Botânica do Brasil,

dentro do Plano Nacional de Botânica. Item 2: Linhas de Ação do CNPq — Therezinha Melhem dirige-se a Maria Luiza Porto comentando que quando estiver no Rio Grande do Sul ou em outros lugares do país faça consultas em áreas de impacto. Quando voltamos aquelas Instituições que nos devolveram os formulários com modificações, sugestões, outras linhas de área de impacto identificadas pela Comissão, que seriam tratadas com grupos de trabalho, como serão os grupos de mangue, restinga, tem um grupo coordenador dos trabalhos no ecossistema. Infelizmente, não foi recebido os formulários de resposta da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; em compensação outro pesquisador, aqui presente, coloca o problema de carga em Minas Gerais e solicita que como área problema, ele pode inclusive como uma área de emergência, já entra com planos, solicitando auxílio para um estudo nessa área de mineração. O Presidente comenta que pelos trabalhos que foram feitos existe na realidade uma convergência talvez não houvesse um esclarecimento perfeito. O Presidente coloca se mais alguém gostaria de se manifestar. Jorge Fontella comenta que quando teve contato com o Plano Nacional de Botânica, ao saber das pessoas idôneas que idealizaram o Plano, ficou muito contente, porque viu uma expectativa melhor para o nosso País com Sônia Dietrich bem ampla com relação a pesquisa Brasileira. Mas devemos ser um pouco práticos em um País onde as verbas, quando aparecem, a gente tem que abraçá-las e não deixar que elas esborreçam pelas nossas mãos, essa é a realidade. Por isso, o Plano de Metas do CNPq deve procurar ser cumprido e como nosso apoio, mas longe de mais, afastara hipótese de também de desaprovar o Plano Nacio

nal de Botânica. O Plano de Metas do CNPq deverá ser lançado imediatamente e após os estudos sobre o Plano Nacional de Botânica deverão continuar. A proposta é que o Plano de Metas de Ação do CNPq seja mantido e posto em prática imediatamente, porque algumas Universidades já estão esperando verbas para acionar este Plano. Sônia Dietrich comenta que quando tomou conhecimento sobre o Plano de Metas do CNPq, através de consultas que Theresinha Melham fez a vários pesquisadores, inclusive aos da área de Fisiologia onde participei, foi cobrado muitas coisas que eram de interesse da área de Fisiologia como devem ter sido colocadas de outras áreas e que ao ver o documento, se inscreveu como podendo participar orientando pessoas na área de sua especialidade e com plantas de vegetação da mata, a qual tinha interesse. Quando foi discutido a elaboração de um Plano Nacional de Botânica, o meu nome foi indicado para participar da elaboração deste Plano, eu não encontrei conflito nenhum em tendo assinado a minha participação, naquele Plano de Linhas de Ações, participar também do Plano Nacional de Botânica, porque o Plano de Metas do CNPq é um Plano Emergencial, mas uma coisa que talvez tivesse ficado clara, ou na interpretação de alguns é a possibilidade de que o CNPq forneça verbas para outros projetos que não sejam dessa área emergencial durante o período de vigência desse Plano Emergencial, porque a demanda que não está diretamente relacionada com esse Plano Emergencial vai continuar existindo e o CNPq tem que levá-la em consideração e mesmo também a formação de

recursos humanos por grupos que não estejam atuando nessas áreas de impacto, também tem que ser levada em consideração pelo CNPq. O Plano Nacional de Botânica é muito mais amplo e vai contemplar estes grupos que não estavam dentro deste Plano Emergencial, mas enquanto este Plano não estiver pronto, esses outros grupos tem que ser contemplados na medida da sua capacidade de avaliação. O Presidente coloca que existe uma proposta lançada por Jorge Fontella de que o Plano de Metas, Linhas de Ações, de caráter emergencial sejam aprovados; entãde a mesma que só uma contemplação, se permite o autor da proposta, é que se cite a clara e expressamente que se entende como Plano Emergencial que atende a parte daquilo que está contido no Plano Nacional de Botânica que está quase totalmente elaborado. Lídio Corrêa coloca que assim como foi feito para o Programa Flora e considerando a demora que vai ocorrer do término do Plano Nacional de Botânica e que tudo isto está dentro do Programa Flora que está dentro do Plano Nacional de Botânica. José da Costa Sacco propõe: "Considerando que a SBB está ultimando o Plano Nacional de Botânica e que nesse Plano encontram-se Linhas de Ações que amparam as postulações previstas no Programa Flora a SBB antecipa a sua solicitação ao CNPq para que sejam providos estudos com a sua participação para reformulação e reativação do referido Programa, isso é apenas uma ideia para a Diretoria no encaminhamento da proposta que foi aprovada. A mesma coisa poderia ser feita com relação as Linhas de Ações. Trezeinha Melhem comenta que quando foi convidada para ir como Consultora Científica da área de Botânica do CNPq, tinha-se uma linha de atuação dentro

de um plano Emergencial, foi feito de setembro até janeiro de 1986, quando foi entregue. Passada essa fase, começou no CNPq a ter mudanças de Diretoria, esse documento correu o Brasil com a mudança de três Presidências, três Diretores e a cada momento, tinha-se que voltar e consultar o CNPq, esse documento é válido, iremos continuar a voltar, obtive-se apoio e pagamento da Presidência do CNPq inclusive do Dr. Pavan, porque ele achava que deveria-se fazer o levantamento e definir soluções, também no campo da Botânica. Na ocasião em que ele foi proposto, era um Plano Emergencial com uma verba emergencial. Neste momento, ela está sendo colocada como uma Linha de Ação dentro do CNPq, sempre com a certeza que ele era uma Linha de Ações em áreas problemáticas, o que não impedia com aquilo que Sônia cobra, que a demanda espontânea continuava a ser atendida e não obrigatoriamente nessas áreas pré-indicadas, como também sendo Linhas de Ação, da está aberta para novas áreas, tudo na dependência de recursos. As Linhas de Ação trabalham em ecossistemas, em projetos multidisciplinares no campo da Botânica, entrelaçado com a Ecologia. O tempo emergencial não sei se é ainda válido dentro do CNPq, é uma Linha de Ação em áreas problemáticas. Quando temos um Plano Nacional de Botânica, bem redigido e estruturado nos seus objetivos e nos seus linhas de atuação até estruturamos projetos com a comunidade científica e aplicar bastante um tempo muito grande. Por último Linhas de Ação, consultamos à Comunidade do País, temos o retorno, quem que trabalhar, onde e como, quem quer se incorporar e ainda quem quer

se incorporar para trabalhar em um plano que pode ser desenvolvido com recursos em 1987 e 1988, mas isto não significa que vai impedir o andamento do Plano Nacional de Botânica. Fazer em tão pouco tempo a implantação para o orçamento deste ano dos projetos do Plano Nacional ~~de~~ ficaremos sem recursos para a Botânica e não se por uma demanda espontânea. Jorge Fontella ratifica a sua proposta que não tem nada a ver com o Plano Nacional de Botânica, que seja, acionar o Plano Emergencial, o qual a Therezinha Melhem se refere. Concorda com Therezinha Melhem quando da referir-se que deverá ser olhado o Plano Nacional de Botânica com mais acuidade. Jorge Fontella cobra que não poderemos perder esta oportunidade de no momento que, quatro milhões de cruzados poderão ser acionados em favor da Botânica Brasileira, não poderemos ficar esperando a resolução do Plano Nacional de Botânica. Naneza Luiza de Moraes esclarece que na última reunião do CNPq quando entraram todos esses projetos, após muitas discussões, onde participavam Telixardo, Eliana, Vilma Cronand para dúzia de projetos que vieram, excelentes, perfeitos, levavam dois mil e quatrocentos cruzados que era para distribuir para todo o Brasil, a demanda espontânea que era de setenta projetos, cada um levava um paqueto para continuar sua pesquisa, se fosse pelo marito aqueles projetos que trabalham dez, vinte pessoas e que cada um pode no mínimo trazer um mil cruzados seriam dez que receberiam. Não é justo que toda a demanda espontânea seja sacrificada por uma linha que foi proposta. Naneza Luiza de Moraes comenta que cobra extra-cola tudo, mas depois de muita discussão. No momento, que criam algo desta natureza da não conseguir o dinheiro específico para a

que não tirar das pessoas que já tinham trabalhado. Ana Maria Grulicetti complementa que o Plano Emergencial, tem projetos de curto, de médio e longo prazo, até dez anos, colocando este dinheiro no Plano Emergencial nunca mais teremos dinheiro em outros projetos similares. O Presidente colocou a proposta de Jorge Fontella de aprovação imediatamente das Linhas de Ações desvinculadas do Plano Nacional de Botânica. Existe também uma proposta da mesma, em parte foi elaborada por Lídio de que fique ligada ao Plano Nacional de Botânica e que as Linhas de Ações tenham um caráter emergencial. Sônia Machado de Campos Dietrich manifesta-se cobrando um adendo a proposta de Fontella, desde que não prejudique a demanda espontânea qualificada e avaliada pelos critérios estabelecidos pelo CNPq. O Presidente coloca que o CNPq deveria compreender que esta é uma ação limitada diante de um plano maior. Eliana Nogueira esclarece sobre o orçamento para as Linhas de Ação, que estão sendo propostas para 1987 e 1988, são recursos adicionais de trinta milhões de cruzados. Não tendo sido a ver com a demanda espontânea do CNPq. O Presidente coloca em votação a proposta de Jorge Fontella com a emenda da Sônia Dietrich como proposta I. Lídio Cardim retira a sua proposta em apoio a Fontella e a Sônia. Ana Grulicetti propõe a proposta de Lídio ficando como proposta II. Portanto, foi colocada em votação e aprovada a proposta I, tendo noventa e dois votos favoráveis, doze votos contrários e sete abstenções. Dando prosseguimento a pauta, o Presidente passa a palavra a Sônia Dietrich para fazer um breve relato sobre o item 2 - A si-

teoria do Plano Nacional de Botânica. O Plano Nacional de Botânica possui uma parte geral inicial, amplamente discutida e uma parte de meios específicos, também discutida por grupos, formada Comissão tendo vários membros. Sônia Dietrich lembra dos itens que se propõem na parte geral, (comem a todas as áreas) porque na parte específicas são ações (planos para implementar mais em determinadas áreas) que dizem respeito a cada uma das áreas. Após, passa-se à lista dos itens na parte geral: "Adequação dos recursos humanos, página três, na área da Botânica deve ser executada de forma rápida e eficiente, para isso é fundamental, que através de um levantamento minucioso sejam conhecidos os recursos humanos existentes no País, suas linhas de pesquisa e regiões de atuação, isso permitirá detectar carências, avaliar o potencial disponível para a formação de mais botânicos ou ainda o redimensionamento de atividades. As Linhas de Ação em recursos humanos deverão estar baseadas nos seguintes procedimentos: 1- "Estimular a formação de botânicos a nível de graduação, pós-graduação e ensino não convencional, cursos de aperfeiçoamento, especialização, estágios, etc. Através do aumento considerável do número de botânicos para cada um destes níveis". 2- "Estimular cursos modulares periódicos a serem realizados em diferentes regiões do País com a participação de pesquisadores nacionais e estrangeiros com suas especialidades." 3- "Fomentar junto as Universidades e outras instituições de Pesquisa, Programas de Estágio para estudantes e profissionais iniciantes especialmente provenientes de regiões menos desenvolvidas do País." 4- "Estimular e promover o intercâmbio entre os corpos docentes dos vários Cursos

de Pós-Graduação em Botânica, visando o aprimoramento desses Cursos." 5- "Apoiar todos os Cursos de Pós-Graduação estabelecidos." 6- "Incentivar grupos emergentes com potencial a formação de recursos humanos" 7- "Estabelecer o período de Bolsas de Mestrado para dois anos, renovável por mais um e o de Bolsa de Doutorado por três anos, renovável por mais um, considerando que as peculiaridades das pesquisas botânicas dependem os mais das vezes de condições e situações não controláveis." 8- "Facilitar a complementação de formação de botânicos junto as Instituições estrangeiras especialmente à nível de Pós-~~Doutorado~~." 9- "Promover a fixação dos recursos humanos formados através da ampliação dos quadros existentes em Universidades e Instituições de Pesquisa, assim como, da criação de cargos de pesquisadores em botânica nas Instituições envolvidas com a política do Meio Ambiente." 10- "Criar mecanismos que possibilitem o aproveitamento ainda que temporário de recém pós-graduados em regiões menos desenvolvidas do País e em linhas de pesquisa consideradas prioritárias a nível nacional, regional ou nacional." 11- "Estimular o desenvolvimento, a formação e valorização do pessoal de apoio, isso com relação a recursos humanos" e ainda houve uma proposta na reunião de segunda-feira de "suprir as necessidades reais dos pesquisadores e docentes formadores de novos recursos humanos, estimulando a produção quantitativa e sobretudo qualitativa, através da adequação da remuneração, equipamentos e instalações, cargos, horários de trabalho e ainda através do estímulo ao desenvolvimento máximo de seu potencial". Dorothy Sue

Dem de Araújo gostaria de saber se as sugestões que saíram dos grupos, por exemplo, da sub-área Ecologia, vão ser acrescentadas e lidas agora. Sônia Dietrich esclarece que já houve bastante discussão sobre esse item. Sônia Dietrich solicita se haveria alguma outra sugestão para a parte geral de formação de recursos humanos e não alguma coisa específica, característica de uma determinada sub-área. Sônia Dietrich pergunta à Assembleia se estavam de acordo em cobrar essa proposta, que foi feita na reunião de segunda-feira ou se isto não deveria estar na parte de apoio a pesquisa. Foi aprovada o item colocado na reunião de segunda-feira na parte geral de formação de recursos humanos, talven com uma outra redação. Pesquisa - Adoção de uma política de pesquisa deve partir de um detalhado conhecimento à nível nacional da situação dos estudos botânicos por grupos e/ou sub-áreas de interesse, de modo que, permitam identificá-los a definir as prioridades de ação, essas prioridades deverão ser mostradas pelos seguintes procedimentos: 1 - "Buscar maior interação entre as Universidades e as Instituições que realizam pesquisas em botânica básica ou aplicada, inclusive com a criação de programas conjuntos"; 2 - Estimular o conhecimento básico de Ecossistemas como, por exemplo, confecção de listas de espécies, de inventários, estudos fitossociológicos, usando quando possível ortologias similares para permitir comparações"; 3 - "Promover estudos botânicos multidisciplinares integrados visando o conhecimento global e profundo de entidades taxonômicas e/ou de comunidades vegetais"; 4 - Incentivar os estudos avançados em regiões ou ecossistemas reconhecidos como de interesse

científico e social"; 5- "Incentivar a realização de expedições científicas multidisciplinares e inter-institucionais com ênfase para regiões pouco exploradas"; 6- "Incentivar em todos os níveis a coleta de material botânico e de informações de interesse as diversas sub-áreas, aproveitando no máximo as oportunidades"; 7- "Promover estudos visando a definição de espécies ameaçadas de extinção e áreas cuja vegetação venha sofrendo ação antrópica"; 8- "Promover estudos visando a definição, criação, implantação e manejo das Unidades de Preservação"; 9- "Selecionar locais para conservação "in vitro" de reservas genéticas através de levantamento prévio da vegetação para determinar aquelas de alta diversidade quase a nível continental, Nacional ou Regional"; 10- "Incentivar o levantamento de espécies com potencial socio-econômico para as diferentes regiões fitogeográficas do País paralelamente a estudos florísticos tradicionais incluindo parâmetros, tais como, variabilidade genética na região, distribuição e tipos de associações"; 11- "Incentivar em qualquer linha de pesquisa sempre que houver possibilidade de escolha do organismo a ser pesquisado para que a seleção recaia sobre plantas com importância ecológica, econômica e social"; 12- "Determinar que os projetos futuros de causar impacto ambiental sejam precedidos e acompanhados por pesquisas botânicas na fase de planejamento e execução".

Maria Lúcia Porto cobra que na parte introdutória poderíamos colocar a justificativa do Projeto Flora e os fundos recursos humanos. Sônia Dietrich esclarece que o Prof. Alcides Teixeira especifica muito bem o Projeto Flora e só para Taxonomia (Florística), enquanto que

esse Plano visa outros tipos de estudos além da Florística. Ariane Luna Peixoto achou desnecessário que leia-se a primeira parte do Plano Nacional de Botânica a parte de botânica econômica, vegetais inferiores e superiores e os demais, porque recebendo o texto datilografado, ler apenas as modificações. Maria Luiza Porto propôs que se desse um voto de confiança a Comissão que elaborou o Plano preliminar, complementando esta Comissão com assuntos especiais a Programação Flora. Essa comissão receberia as sugestões por escrito, que já foram elaboradas desde a semana e que poderão ser elaboradas até o final da semana. Essa Comissão complementada redigiria o documento final, que seria estabelecido a prazo pela Assembleia. Ariane Luna Peixoto concordou com a proposta de Maria Luiza Porto, mas deverá ser desmembrada. A Comissão formada por quatorze membros foi muito difícil para se reunir algumas vezes. Em primeiro lugar, dar o voto de confiança a quem? Colocar em votação se diminuir ou aumentar essa Comissão. Hilda Langhi colocou que José da Costa Sacco sugeriu na reunião que fosse diminuído o número de membros desta Comissão e para operacionalizar a redação final que os membros fossem sediados em São Paulo, porque eles participam do trabalho já realizado por essa Comissão **multidisciplinária**, ~~de~~ várias regiões do Brasil com sugestões também multidisciplinares das mais diferentes regiões do Brasil. Hilda Caroline perguntou se na proposta de Ariane Luna Peixoto poderia incluir na Comissão apesar os membros sediados em São Paulo que fazem parte da Comissão atual. Sônia Dietrich colocou que se desse um voto de confiança a Comissão para a redação final do Plano e que eles encontrassem os mecanismos para se reunirem em todo ou em parte para elaborarem o documento.

to. Lídio Coradin colocou a proposta de Aníbal Lora
Pereira em votação que foi aprovada por unanimidade
de, portanto dando um voto de confiança a Comissão
que seria formada por sete membros. A seguir o
Presidente da mesa, Alfredo Guei Ferreira deu por
encerrada a Assembleia e a Ata foi lavrada pela
2ª. Secretária-Tesoureira, Márcia Therezinha Menna
Barreto das Neves e é por ambos assinadas.

Alfredo Guei Ferreira Márcia Therezinha Menna Barreto das Neves
São Paulo, 29 de janeiro de 1957

